

Presidência Alemã da União Europeia

6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza

Como sair da pobreza e da exclusão social
Progressos alcançados, próximos passos

Relatório

Bruxelas, 4 e 5 de Maio 2007

Índice

6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza: plano de trabalho e conteúdos	2
Principais mensagens do Encontro	6
1. Alocução de Boas-vindas dos Presidentes do Encontro	9
2. Discursos de Abertura e de Boas-vindas	11
3. «As nossas ambições, as nossas posições» - Objectos simbólicos apresentados no Encontro	18
4. Conclusões dos <i>workshops</i> e da sessão plenária	28
5. Notas de Encerramento	34
Anexo 1 : Conclusões da Presidência Alemã da União Europeia resultantes do 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza apresentadas ao Conselho Europeu do Emprego, Política Social e Consumidores que decorreu nos dias 30 e 31 de Maio de 2007	36
Anexo 2 : Lista de participantes	38

6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza : programa de trabalho e conteúdos

Encontrar formas de combater a pobreza e a exclusão social é uma tarefa fundamental para os responsáveis pela formulação das políticas. Por esta razão, os chefes de Estado e de Governo, reunidos na Cimeira de Lisboa em 2000, fixaram um novo objectivo para a União Europeia, a ser alcançado até 2010, "de tornar-se na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e mais competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e com maior coesão social." A consecução deste objectivo pressupõe uma "**estratégia global** que vise (...) combater a exclusão social". Para se atingir este ambicioso objectivo, a Presidência Alemã do Conselho da UE salienta a necessidade (e as características comuns) de um modelo social europeu global para o século XXI, capaz de lutar eficazmente contra todas as formas de pobreza e de exclusão social. Neste processo, todas as pessoas implicadas devem ter voz – sobretudo aquelas cujos direitos à participação social são limitados pelo facto de viverem à margem da sociedade. Os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza têm lugar no primeiro semestre de cada ano (desde 2001) e constituem um elemento decisivo para intensificar a participação a nível europeu.

Este ano, o 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza decorreu nos dias 4 e 5 de Maio de 2007, sob os auspícios da Presidência Alemã do Conselho da União Europeia, no Centro de Conferências do Palácio Egmont, em Bruxelas. No que diz respeito aos conteúdos e à organização, o Encontro foi preparado por uma Comissão Organizadora composta por membros da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), de representantes do Ministério Federal Alemão do Emprego e dos Assuntos Sociais, da Direcção-Geral da Comissão Europeia responsável pelo Emprego, os Assuntos sociais e a Igualdade de Oportunidades, da Conferência Nacional Alemã de Luta contra a Pobreza, do Movimento ATD Quart-Monde, da FEANTSA (Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo), do Governo Belga bem como um representante do Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais da República da Eslovénia.

No Encontro participaram cerca de 220 pessoas, incluindo, à excepção da Roménia, delegações de Pessoas em Situação de Pobreza de todos os Estados-Membros da União Europeia e da Noruega. A Presidência Alemã do Conselho da UE foi representada pelo Vice-Chanceler e o Ministro Federal do Trabalho e dos Assuntos sociais, Franz Müntefering, e pelo Secretário de Estado Parlamentar do Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais, Franz Thönnies. A Comissão Europeia foi representada pelo Comissário Europeu responsável pelo Emprego, os Assuntos Sociais e a Igualdade de Oportunidades, Vladimir Špidla. Numerosos Estados-Membros enviaram representantes dos seus Ministérios dos Assuntos Sociais e da sua Representação permanente, mas também membros do Comité de Protecção social (CPS), do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa. Assistiram igualmente a este evento representantes de organizações não governamentais, parceiros sociais e do meio académico.

Esta conferência de dois dias tinha por objectivo fazer um balanço e ilustrar a forma como a situação social das pessoas vítimas da pobreza evoluiu nos Estados-Membros da União Europeia, desde a organização do primeiro Encontro, em 2001. Os exemplos de experiências diárias mostraram a importância da participação de pessoas envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social. As delegações elaboraram, no decorrer dos *workshops*, propostas concretas sobre os desafios e as prioridades da integração social que consideram ser mais urgentes, e passaram estas mensagens nos relatórios que apresentaram aos representantes políticos das instituições europeias e dos Estados-Membros presentes.

Como documento preparatório da conferência, a EAPN elaborou um guia metodológico destinado às delegações nacionais, apelando para que estas apresentassem as suas conclusões através da utilização de objectos tridimensionais. Estes objectos foram um contributo decisivo para o desenrolar dos trabalhos do Encontro. Os objectos foram apresentados em plenário ao longo dos dois dias e permitiram dar uma ideia precisa dos problemas e das percepções das pessoas que vivem em situação de pobreza, no seio da União Europeia. Estes objectos destacaram claramente as exigências que o modelo social europeu deverá satisfazer. Foi fácil verificar que os factores geradores de pobreza e exclusão social são muito semelhantes em toda a União Europeia, mas que o seu impacto na participação das pessoas e nas suas oportunidades de concretização varia consideravelmente devido aos níveis de segurança social, que podem diferir largamente de país para país.

Boas-vindas e Sessão de Abertura

A abertura do Encontro foi feita pelos dois Presidentes, o Bispo Maria Jepsen e o Professor Dr. Ernst-Ulrich Huster que no seu discurso conjunto de boas-vindas enfatizaram uma vez mais, a importância da dimensão social da Europa. As pessoas afectadas pela pobreza e pela exclusão social necessitam de ajuda e de oportunidades para participar. No entanto, este mandato vai para além do âmbito desta conferência. Foi talvez por isso que os Presidentes lembraram a todos os presentes, a necessidade de aliar as palavras aos actos. O Vice-Chanceler e Ministro Federal Alemão do Trabalho e os Assuntos Sociais, Franz Müntefering, retomou este aspecto no seu discurso de abertura, e sublinhou que a luta contra a pobreza e a exclusão social não era apenas uma questão de compaixão humana, mas que era acima de tudo do interesse da sociedade em geral. Compete aos Estados criar as condições necessárias para que as pessoas possam participar na resolução dos seus próprios problemas. Neste sentido, o acesso a um trabalho equitativo, à educação e a uma habitação condigna constituem os fundamentos essenciais da luta contra a pobreza e a exclusão social. Na sua mensagem de acolhimento, o Comissário europeu responsável pelo Emprego, os Assuntos Sociais e a Igualdade de Oportunidades, Vladimir Špidla, declarou que as instâncias decisoras são chamadas a considerar seriamente as preocupações e as necessidades das pessoas, principalmente daquelas que vivem à margem da sociedade.

A União Europeia só poderá concretizar o objectivo da integração social se todos os cidadãos forem envolvidos no processo de unificação. Uma política eficaz de luta contra a pobreza e a exclusão social deve garantir o acesso a um emprego que permita às pessoas

ter uma fonte de rendimento, oportunidades de educação e formação iguais, acesso a uma protecção adequada ao nível de cuidados de saúde, mas também aos bens e aos serviços sociais em geral. Enquanto representante do Gabinete do Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa, Lauri Sivonen acentuou a natureza inalienável dos Direitos do Homem e declarou, no seu discurso de boas-vindas, que a pobreza e a exclusão social constituem uma violação permanente da dignidade humana. Uma política de luta contra a pobreza e a exclusão social deve combater todas as formas de discriminação e garantir o acesso de todos ao direito da participação. Entre estas duas intervenções, Virginie Poilvert, enquanto participante do 5º Encontro, apresentou a perspectiva das pessoas implicadas, fazendo um balanço crítico da sua experiência do Encontro precedente. Os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza revelaram-se excelentes oportunidades para dar voz a estas pessoas. Contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre as manifestações da pobreza e da exclusão social na Europa, pondo em destaque não só os pontos comuns mas também as diferenças. Os Encontros reforçaram a solidariedade entre as pessoas que experienciam situações de pobreza e, neste sentido, constituíram um incentivo para todos os que participaram activamente em não “baixar os braços” e a prosseguirem os esforços no combate à pobreza e à exclusão social.

Apresentação dos Objectos e Workshops

No primeiro dia, a sessão intitulada as *"As nossas ambições, as nossas posições"* – *Balanço dos cinco primeiros Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza*, permitiu apresentar e comentar em plenário os objectos da Áustria, da Bélgica, da Bulgária, de Chipre, da Dinamarca, da Finlândia, da Itália, da França, da Suécia, de Malta, da Grécia, da Alemanha, da Hungria, da Irlanda, da Letónia, da Lituânia, do Luxemburgo e da EAPN. Os participantes debateram de seguida as dificuldades e os sucessos da integração social no âmbito de sete *workshops* intitulados *"Concentrar estratégias – Promover o diálogo – Reforçar o feedback – Perspectivas para o futuro – Facilitar mais a participação e a coesão social"*. Os resultados dos *workshops* foram resumidos em relatórios, tendo estes sido apresentados em plenário no segundo dia.

Debate e troca de experiências

O segundo dia começou com a apresentação dos objectos das delegações da República Checa, dos Países Baixos, da Noruega, da Polónia, de Portugal, da Eslovénia, da Espanha e do Reino Unido, bem como as intervenções do Comité de Protecção Social, do Ministério Belga dos Assuntos Sociais e da Saúde Pública e da Comissão Europeia. Os principais resultados e conclusões dos *workshops* foram apresentados no final. Estas curtas mensagens foram seguidas do debate entre Jérôme Vignon, Director da Unidade de Protecção Social e Integração da Comissão Europeia, Elise Willame, Presidente do Comité de Protecção Social, Renzo Fior, Presidente da Emmaüs Internacional e os delegados. No âmbito desta sessão abordaram-se os problemas e as manifestações da pobreza e da exclusão social, mas também as soluções possíveis a nível europeu. A questão da participação aberta na continuação do processo constitucional teve um lugar central, assim como o apelo a um novo reforço dos elementos da participação tanto a nível europeu como a nível nacional.

Conclusões e perspectivas

O evento terminou com as intervenções de Franz Thönnnes, Secretário de Estado Parlamentar do Ministério Federal Alemão do Trabalho e dos Assuntos sociais, de Ludo Horemans, Presidente de EAPN, bem como de Davor Dominkus, Director Geral dos Assuntos Sociais do Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais da República da Eslovénia. Representando os Estados-Membros no Comité da Protecção Social, Elise Willame apresentou a Franz Thönnnes um megafone vermelho como o objecto dos representantes dos governos. Este objecto faz alusão ao facto das pessoas em situação de pobreza se fazerem ouvir junto dos responsáveis políticos, mas trata-se igualmente de um apelo aos representantes para que se expressem claramente em prol dos interesses das pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social. Franz Thönnnes passou o megafone a Davor Dominkus enquanto representante da futura Presidência do Conselho da União Europeia.

Principais mensagens do Encontro

Os principais temas debatidos durante o Encontro foram resumidos em tópicos que se apresentam de seguida. Estes foram redigidos e apresentados pelas delegações nos *workshops* e nos grupos de discussão, utilizando objectos em três dimensões:

- Os delegados consideram que a riqueza continua a aumentar na União Europeia. No entanto, manifestaram a sua apreensão pelo fosso crescente entre ricos e pobres, não só na Europa mas em todo o mundo. Para além disso, foi referido que a questão da distribuição equitativa dos recursos desempenha um papel secundário na agenda política.
- Alguns delegados consideram que é ilusório pensar que o objectivo de Lisboa, que visa produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza no horizonte 2010, será atingido. Constatam, bem pelo contrário, uma degradação constante das condições de vida, em especial das pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social. Consideram que os instrumentos que supostamente deveriam promover a integração social não os ajudam na sua auto-promoção ou resolução dos seus próprios problemas. São instrumentos paternalistas e assistencialistas que na prática limitam os seus direitos à participação.
- Os participantes do Encontro estão particularmente preocupados com a continuação da liberalização e da privatização dos serviços públicos. De acordo com a sua experiência, tais medidas provocam uma marginalização social e tornam o acesso a serviços básicos, como a água ou o abastecimento energético, mais difícil ou mais dispendioso.
- Os participantes consideram que a pobreza infantil, as dificuldades com as quais as mulheres são confrontadas, o acesso limitado ao sistema de ensino e aos cuidados de saúde, as elevadas taxas de desemprego, o risco crescente de se tornarem sem abrigo e a falta de acesso a uma habitação condigna constituem os principais riscos de exclusão que se manifestam com maior ou menor amplitude em todos os Estados-Membros da União. Em certos casos, os sistemas de protecção social não oferecem qualquer protecção ou uma protecção suficiente contra tais riscos.
- A discriminação e o racismo são igualmente factores que conduzem à exclusão social. Estes fenómenos afectam um vasto leque de grupos desfavorecidos como as minorias étnicas (sobretudo os ciganos), as pessoas portadoras de deficiência, as famílias monoparentais, os idosos, bem como os imigrantes.
- Os participantes manifestaram desagrado relativamente à forma como os requerentes de asilo são tratados nos diferentes países da União Europeia, a qual se torna incompatível com a dignidade humana. A situação das pessoas desprovidas de documentos, bem como os trabalhadores imigrantes, apresenta-se, frequentemente, como uma violação aos direitos fundamentais mais elementares.

- A pobreza nos idosos apresenta-se um fenómeno particularmente marcante nos novos Estados-Membros da Europa do Leste. Nesses países, as transferências e os serviços sociais do modelo social europeu não são suficientes para combater a pobreza.
- Embora os governos e as administrações públicas de muitos Estados-Membros da União Europeia estejam hoje mais sensibilizados sobre a questão da participação das pessoas enquanto beneficiários finais das políticas sociais, os delegados constataam que ainda existem grandes lacunas no que se refere à sua concretização e implementação. Isto aplica-se à participação nos procedimentos legislativos, por exemplo, mas também aos procedimentos administrativos do dia a dia.
- O facto de se ter razão não é suficiente para que se faça sempre justiça. Os delegados referiram problemas consideráveis na aplicação dos direitos legais, apelando neste sentido para que os serviços públicos sejam obrigados a facultar a devida informação.

Os pontos acima referidos evidenciam claramente que a integração social permanece um desejo e não uma realidade para numerosas pessoas na Europa. A resolução dos problemas sociais constituirá, por conseguinte, um teste crucial à legitimidade do processo de unificação europeia como um todo. É impossível atingir a integração social sem ouvir as pessoas implicadas (que por sua vez esperam ser tratadas com respeito) e sem melhorar as condições que permitem uma integração social global numa sociedade alicerçada num espírito de igualdade.

A União Europeia assumiu como prioridade melhorar a coesão social nos e entre os Estados-Membros. O 6º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza permitiu abrir novas perspectivas sobre o impacto da Estratégia de Lisboa. A atenção centrou-se não nos políticos ou nos académicos, mas sim no dar voz às pessoas "vítimas" da pobreza, que puderam expressar-se como peritos que defendem a sua própria causa. Este evento permitiu reforçar a troca de experiências entre as pessoas que vivem em situação de pobreza, mas também com as instâncias decisoras e os representantes das instituições e das associações presentes, como a Confederação Europeia dos Sindicatos – ETUC – ou ainda a Rede de promoção do bem-estar e dos direitos das crianças e dos jovens – Eurochild –, e tornou possível o trabalho em rede. O Encontro demonstrou ainda claramente que esta "Europa tem necessidade de rostos", como referiu um dos presidentes desta iniciativa, o Bispo Maria Jepsen. A mensagem passada às pessoas em situação de pobreza foi que: "Vós sois pessoas! Sabemos que existis e respeitamo-vos independentemente da vossa situação". Por trás desta mensagem existe também a certeza que numerosas estruturas, iniciativas e ajudas, públicas ou privadas, dão apoio a pessoas que atravessam um período difícil. Os resultados do Encontro reflectem estas observações e denunciam igualmente manifestações de exclusão social que uma Europa social não pode tolerar.

Precedidas por uma alocução de boas-vindas pronunciada pelos dois presidentes do Encontro, as principais mensagens do evento foram resumidas de acordo com os diferentes

pontos do programa de trabalho do evento. Em anexo inclui-se a lista dos participantes, por país de origem e por função.

1 **Alocução de Boas-vindas dos Presidentes do Encontro**

A Estratégia de Lisboa de 2000, a Rede Europeia Anti-Pobreza, os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza... Congratulamo-nos com a existência destas estruturas, mas gostaríamos que fossem mais conhecidas e que recebessem mais apoio de todas as partes e a todos os níveis – e finalmente, esperamos que um dia percamos a sua razão de existir. Infelizmente isto não será certamente possível num futuro próximo, e provavelmente tal nunca chegará a acontecer. O número de pessoas pobres que vivem na mais extrema miséria está a aumentar – isto é inegável. Dêem um passeio pelas nossas cidades ou vão à Internet e encontrarão a confirmação deste fenómeno que pode ser observado em toda a Europa. É por isso que este Encontro é tão importante. Será um espaço de troca, uma fonte de incentivo, e dar-nos-á a ocasião de encontrar pessoas cuja existência ignoraríamos se não tivéssemos esta oportunidade. Aqui, homens e mulheres com diferentes responsabilidades, e que são afectadas pela pobreza de diferentes maneiras, terão a possibilidade de se ouvirem uns aos outros e de desenvolverem estratégias para lutar contra a pobreza do passado e contra a pobreza que ainda nos ameaça.

Conhecemos o tema da pobreza de diferentes maneiras. Eu, Maria Jepsen, sou Bispo da Igreja Evangélica Luterana de Hamburgo há 15 anos, e estou particularmente envolvida no apoio aos sem abrigo, às pessoas com baixo, ou mesmo nenhum rendimento, mas também às mulheres que vivem na pobreza. Eu, Ernst-Ulrich Huster, desenvolvo trabalhos de investigação há mais de 25 anos sobre questões ligadas à pobreza e à exclusão social, trabalhando com associações sociais e ONG's, mas também com organismos governamentais e com a Comissão Europeia. Temos consciência que os diferentes grupos desfavorecidos têm as suas especificidades, mas impressiona-nos a sua incomensurável flexibilidade, pela forma como sobrevivem usando a imaginação e a perseverança e pela solidariedade que manifestam entre si. Somos igualmente confrontados com o outro lado chocante da depressão, da paralisia e da marginalização.

A Bíblia é o nosso guia. Nela podemos ler que os pobres estarão sempre connosco. No entanto, existe um apelo recorrente para não os deixarmos de lado, não os explorarmos, para sermos misericordiosos e justos com eles. Somos julgados pela capacidade de respeitar os pobres e de lhes permitir viver em condições justas. Por ocasião do 5º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma, a 25 de Março deste ano, a Comunidade das Igrejas Protestantes na Europa anunciou cinco desejos para o futuro da Europa. Citaremos o terceiro:

"A União Europeia tem necessidade de mais justiça. Apesar dos sucessos económicos da União Europeia, quase 80 milhões de pessoas vivem no limiar da pobreza e uma em cada cinco crianças vive sob a ameaça da pobreza. Mais de 17 milhões de pessoas na UE vivem no desemprego. Em muitos países europeus, o fosso entre ricos e pobres aumenta cada vez mais. As Igrejas Protestantes da Europa gostariam que a União Europeia estabelecesse um equilíbrio entre a sua política económica e social e que combatesse com mais vigor a pobreza e a exclusão social na Europa."

Para atingir este objectivo, necessitamos de duas coisas: em primeiro lugar, todas as pessoas que intervêm no domínio da pobreza e da exclusão social devem trabalhar em parceria e discutir propostas conjuntas. Em segundo lugar, devemos passar das palavras aos actos; devemos estabelecer relações estreitas entre as diferentes actividades, como acontece, por exemplo, nesta conferência que reúne as mais variadas pessoas e entidades como a EAPN, a Comissão Europeia, os governos dos Estados-Membros, as organizações nacionais de luta contra a pobreza, as organizações não governamentais, entre outras, de forma a implementar as resoluções de Lisboa e de Nice. A resolução do Conselho Europeu de Lisboa de 2000 que visa não apenas fazer da Europa a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo até 2010, mas também atingir maior coesão social, deve ser posta em prática. Estamos apenas a três anos e meio desta data “fatídica”. Esta é uma das razões pela qual o Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza deste ano se reveste de tanta importância: é fundamental fazer um balanço crítico da situação e identificar quais podem, e devem, ser os próximos objectivos a atingir. Os dois objectivos de Lisboa não podem ser considerados como estando apenas superficialmente interligados. Bem pelo contrário, é essencial estabelecer uma interdependência entre a economia mais dinâmica e a coesão social. Paralelamente, emerge cada vez mais a ideia que esta Europa é igualmente responsável por um outro fenómeno: imigrantes procedentes de regiões do mundo mitigadas pela pobreza ou pela guerra civil vêm para a Europa, com ou sem passaporte ou autorizações de residência. A Europa faz parte de um sistema económico global que marginaliza uma grande parte da população mundial em termos sociais. A pobreza e a exclusão social na Europa (e fora das suas fronteiras) são temas complexos que podem suscitar controvérsia, mas que permitem igualmente encontrar estratégias capazes de produzir progressos. Tentemos juntos alcançar os tão desejados resultados.

Bispo Maria Jepsen

*Igreja Evangélica Luterana do Norte de Elba,
Hamburgo*

Professor Dr. Ernst-Ulrich Huster

*Universidade Evangélica de Ciências Aplicadas
Renânia/Vestfália-Lippe Bochum*

2 Discursos de Abertura e de Boas-vindas

Discurso de Abertura

“Responsabilidade pelo bem comum – Respeito pelo indivíduo – Para uma Europa com um rosto social”

Franz Müntefering, Ministro Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais

Mensagem de Boas-vindas

Vladimir Špidla

Comissário Europeu do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

Lauri Sivonen

Conselheiro – Gabinete do Comissário para os Direitos do Homem dos Conselho da Europa

Testemunho

Virginie Poilvert

Participante do 5º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza

“A Europa é uma das regiões mais ricas do globo. Ninguém deveria ficar indiferente ao facto de que nesta mesma região vivem pessoas na pobreza.”

Franz Müntefering

O Ministro Federal Alemão do Trabalho e dos Assuntos Sociais, **Franz Müntefering**, colocou no centro do seu discurso um mandato político claro: "As instâncias de decisão política são responsáveis pelo bem comum, devendo respeitar o indivíduo." Por conseguinte, a luta contra a pobreza e a exclusão social na União Europeia não é apenas uma questão de compaixão humana mas é do interesse da sociedade como um todo. Ao nível da implementação política, e apesar das diferentes tradições dos 27 Estados-Membros, a Europa pode invocar os seus valores e as suas ideias sociais comuns. Por exemplo, a ideia de Estado Providência, de economia de mercado social e de parceria social é aplicada na sua essência em todos os países da União Europeia. Além disso, "compartilhamos uma visão comum da dignidade humana e de uma sociedade *social*. Esta guia as nossas acções e responsabiliza a esfera política. Um dos principais desafios da política social europeia neste domínio consistirá em dar forma ao mercado interno para que se torne um mercado social e reflecta as questões económicas, ecológicas e sociais no seu todo. O lema da Presidência Alemã do Conselho não poderia ser mais adequado: "Unir forças para uma Europa social – para um mundo social!"

O Ministro Franz Müntefering salientou que as tradições nacionais constituem factores dominantes na política social. Franz Müntefering apelou a um forte intercâmbio de experiências – "com mais coragem para procurar atingir objectivos mais concretos e com relatórios claros e transparentes sobre os progressos realizados nos diferentes domínios

sociais". Neste contexto, a Presidência Alemã defende que as orientações de política social sejam adoptadas no âmbito da revisão das Linhas Directrizes Integradas em 2008. Não se trata unicamente de formular "padrões mínimos, mas também de efectivar os progressos sociais que ainda temos que atingir."

Segundo F. Müntefering, uma das principais tarefas a concretizar ao nível da política social consiste em criar as condições que permitirão a todas as pessoas dispor de um espaço onde podem participar. Na opinião do Ministro, as três preocupações seguintes revestem-se de uma importância capital para uma política de integração social:

- A educação lança as bases para uma vida autónoma. Trata-se de um direito fundamental! A igualdade de oportunidades depende da existência de uma igualdade de oportunidades de acesso ao sistema de ensino desde o nível mais básico, para que as pessoas não sejam apanhadas numa espiral que as prive de perspectivas futuras e se vejam confrontadas com a exclusão social. As trajectórias que "atiram" as pessoas para a pobreza poderão assim ser interceptadas o mais cedo possível.
- Ter um emprego permite às pessoas não apenas subsistir mas serem também respeitadas, reconhecidas e – de preferência – auto-realizadas. Visto sob esta perspectiva, o objectivo do pleno emprego corresponde à aplicação do princípio da integração social. Dito isto, há uma escassez de empregos, em especial no domínio do trabalho pouco qualificado. Para melhorar as oportunidades de emprego é necessário adaptar as competências às exigências do mercado de trabalho e implementar a formação ao longo da vida. A Presidência Alemã do Conselho resume os esforços correspondentes falando de "bons empregos". Esta exigência implica mais empregos e salários justos, segurança legal, protecção da saúde no trabalho, empregos que permitam conciliar a vida profissional e a vida familiar, bem como oportunidades suficientes de formação contínua.
- A terceira condição indispensável à efectivação do direito à participação social é o acesso a uma habitação condigna num meio envolvente decente.

Uma política que leva as pessoas a sério não pode prometer uma solução milagrosa para erradicar a pobreza e a exclusão social. No entanto, "é possível progredir nesse sentido!" – isto é um compromisso firme que deve servir de orientação à política europeia. As instâncias decisoras não podem demitir-se do facto de certas pessoas se encontrarem excluídas destes três aspectos da vida. Para preservar a integração social é necessário, por um lado, mais responsabilização e, por outro, obter um apoio fiável do Estado. Para o Ministro, a ideia de Estado Providência que apoia e promove a solidariedade é mais do que nunca actual, mas requer mais sentido cívico e iniciativa privada.

"Se nós políticos queremos conhecer a extensão das vossas necessidades e avaliar o impacto das medidas formuladas para combater a pobreza e a exclusão social, devemos prestar atenção ao que têm para nos dizer."

Vladimir Špidla

O Comissário Europeu responsável pelo Emprego, os Assuntos sociais e a Igualdade de Oportunidades, Vladimir Špidla, considera que as relações políticas actuais têm um atraso a recuperar no que diz respeito ao envolvimento das pessoas directamente afectadas pela pobreza no processo político, e de ouvir mais as suas necessidades. Uma política responsável depende precisamente da voz das pessoas implicadas: as medidas de política social só poderão ir ao encontro das necessidades destas pessoas se elas puderem e forem capazes de expressar claramente as suas exigências. Ao longo dos seus 50 anos de existência, a União Europeia abordou frequentemente o problema da integração social. Convém sublinhar aqui que as questões da coesão social e da integração social estão a tornar-se cada vez mais urgentes numa União que cresce e se torna mais complexa. A União Europeia reagiu a isto aquando da Cimeira de Amesterdão em 1997, alargando as competências comunitárias no domínio da protecção social. Conscientes de que "o número de pessoas que vive no limiar da pobreza e em situação de exclusão social na União é inaceitável", os Chefes de Estado e de Governo decidiram, aquando da Cimeira de Lisboa em 2000, produzir um impacto decisivo na luta contra a pobreza e exclusão social até 2010, em todos os Estados-Membros.

No entanto, se olharmos para os resultados do Relatório Conjunto sobre a Protecção Social e a Inclusão Social, apresentado pela Comissão Europeia em Fevereiro de 2007, constatamos que o risco de pobreza na União Europeia continua a ser elevado, com uma média de 16 por cento em 2004. Por outro lado, os números mostram que não só existe um fosso considerável em termos de prosperidade entre e nos Estados-Membros – como também uma incidência desigual do risco de pobreza em termos de género. O Relatório Conjunto sublinha igualmente a necessidade de mobilizar e de associar mais o conjunto dos actores da sociedade civil e os parceiros sociais na definição das estratégias nacionais que visam lutar contra a pobreza e a exclusão social. A promoção da participação é a pedra angular da luta contra a pobreza e a exclusão social. Não se trata somente de ouvir as pessoas em causa, mas também de envolvê-las no processo de elaboração das políticas.

O Comissário Špidla referiu que foi criado na União Europeia, um sistema diversificado de apresentação de relatórios, graças ao Método Aberto de Coordenação para a Protecção Social e a Inclusão social (MAC) que dispõe de informações quantitativas importantes sobre a evolução da situação social na Europa. Contudo, ainda não há nenhum estudo qualitativo que descreva e analise a situação das pessoas em termos concretos. A experiência das pessoas implicadas não está a ser sistematicamente considerada e tratada. É por conseguinte essencial que estes grupos de pessoas sejam mais envolvidos nos debates e nas investigações. Os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza sublinham o direito que estas pessoas ou grupos têm a ser consultadas. Para o Comissário Špidla, estes eventos constituem um espaço de partilha e intercâmbio entre as pessoas em situação de pobreza e as instâncias de decisão política. Estes Encontros são ainda uma plataforma que permite às pessoas ouvirem-se umas às outras, compreender e obter informação importante. Em suma, os Encontros permitiram, ao longo dos anos, compreender melhor a natureza multidimensional da pobreza e da exclusão social e retratar este fenómeno com base nas experiências pessoais.

Este intercâmbio de experiências permitiu igualmente demonstrar que uma política eficaz de luta contra a pobreza e a exclusão social deve envolver várias dimensões que estão interligadas e se reforçam mutuamente. Trata-se nomeadamente de atribuições em matéria de política social, como o acesso a um emprego que permita às pessoas subsistir com dignidade, a garantia da igualdade de oportunidades ao nível da educação e da formação, o acesso a cuidados de saúde adequados, bem como o acesso (fácil) aos bens e aos serviços sociais no seu conjunto.

O Comissário Špidla assinalou igualmente que a União Europeia visa reforçar a coesão social na UE, dispondo de um leque de instrumentos destinados a assegurar a sua implementação, nomeadamente os relatórios redigidos no âmbito do MAC, os Fundos Estruturais e o Programa Comunitário PROGRESS, relançado em 2007. Diversas iniciativas da Comissão visam chamar a atenção para certos grupos que enfrentam problemas específicos, incentivando, por exemplo, os projectos desenvolvidos para melhorar as oportunidades de emprego das pessoas que se encontram mais afastadas do mercado de trabalho.

O ano 2007 é o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Para garantir que o lema europeu "Unidade na Diversidade" (*in varietate concordia*) se torne uma realidade sólida é indispensável colocar o enfoque na relação entre uma política que promova a igualdade de oportunidades e a integração social. Para este fim, é necessário que os cidadãos sejam envolvidos de forma sustentada no processo de integração europeia. Neste sentido, o 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza contribui para promover a luta contra a pobreza e a exclusão social a todos os níveis.

"Os direitos do homem não são um luxo reservado a uma pequena elite de privilegiados (...) a pobreza é por natureza um atentado à dignidade humana. Mas constitui igualmente um obstáculo imensurável ao exercício dos direitos civis e políticos.

Lauri Sivonen

Como Conselheiro do Gabinete do Comissário para os Direitos do Homem, do Conselho da Europa, **Lauri Sivonen** proferiu a mensagem de acolhimento. Na perspectiva do Comissário dos Direitos do Homem, Thomas Hammarberg, o 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza representa uma excelente oportunidade para avaliar os progressos alcançados, no âmbito da Estratégia de Lisboa. O enfoque reside na questão de se saber o que já foi conseguido e se a União Europeia está no bom caminho para atingir os seus objectivos até 2010.

Uma boa parte do caminho foi já percorrida desde o primeiro Encontro em 2001, onde foi levantada a questão de como as próprias vítimas de pobreza e de exclusão poderiam contribuir para a implementação e a avaliação da Estratégia de Lisboa. Desde então, estes Encontros têm sido organizados todos os anos – prova suficiente de que se tornaram um importante e profícuo contributo para a implementação da política europeia de luta contra a

pobreza e a exclusão social. Paralelamente, estes Encontros testemunham claramente o facto da União acreditar que a acção contra a pobreza e a exclusão social deve ser sempre desenvolvida em colaboração com as pessoas que vivem em situação de pobreza e com os que representam os seus interesses.

No entanto, o Relatório Conjunto sobre a Protecção Social e a Inclusão Social, apresentado pelo Comissário Špidla a 20 de Fevereiro de 2007, mostra igualmente que muitas pessoas continuam a ser marginalizadas no seio de uma Europa próspera. Na Europa, 16% de homens e mulheres vivem na pobreza e 10% vivem em agregados familiares sem emprego. E embora se possa observar uma maior sensibilização da opinião pública relativamente ao fenómeno da exclusão social, numerosas pessoas pobres continuam a ser estigmatizadas e desfavorecidas.

Como organização de defesa dos direitos do homem, o Conselho da Europa preocupa-se igualmente com as questões relativas à pobreza e à exclusão social. O Conselho da Europa adoptou duas importantes convenções de forma a garantir o respeito pelos direitos fundamentais: a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais sobre os direitos civis e políticos, e a Carta Social Europeia relativa aos direitos sociais e económicos. Um dos principais objectivos prosseguidos pelo Conselho da Europa é a salvaguarda dos direitos sociais.

Os direitos humanos não são um privilégio de certos grupos. Os direitos sociais e económicos apoiam a liberdade e os direitos civis – e vice-versa! As pessoas em situação de pobreza e de exclusão social não têm acesso a estes direitos. Aqueles que têm que lutar todos os dias para sobreviver estão impedidos de participar na vida pública.

Um dos objectivos deste Encontro consiste – de acordo com Sivonen – em chamar a atenção para exemplos de integração bem sucedida. A 23 de Março de 2007, o Conselho da Europa apresentou, em cooperação com a Comissão Europeia, uma nova Plataforma Europeia de Diálogo sobre iniciativas éticas para lutar contra a pobreza e a exclusão social num espírito de solidariedade. A particularidade deste projecto é que procura acima de tudo, envolver sistematicamente as pessoas que vivem em situação de pobreza e não prestar-lhes ajuda via instituições como primeira solução.

A xenofobia e o racismo são hoje questões centrais para a Europa. O exemplo dos ciganos prova como o racismo e a xenofobia podem estar ligados a formas de pobreza extrema. Os ciganos são vítimas de discriminação em variadíssimos domínios tais como no sistema de ensino ou dos cuidados de saúde, no mercado de trabalho ou ainda no acesso aos serviços sociais. Outra fonte de preocupação é a questão da pobreza infantil. A pobreza e a exclusão social podem ter um impacto directo na saúde mental e física das crianças e sobre as suas oportunidades de acesso à educação.

Em resumo, Sivonen afirma que a pobreza provoca sempre a negação dos direitos das pessoas vítimas da pobreza e da exclusão. Uma política que vise combater a pobreza e a exclusão social deve por conseguinte garantir o acesso de todos ao direito de participar na sociedade. Isto pressupõe tanto o direito à educação e o direito à formação e ao trabalho,

como o direito a uma habitação condigna e aos serviços sociais (e de cuidados de saúde). A abordagem de lutar contra a pobreza através da implementação dos Direitos do Homem visa permitir às pessoas o exercício pleno dos seus direitos!

"Estes Encontros dão-nos a oportunidade de nos reunir e ganhar força para que possamos transmitir a ideia da participação a outras pessoas em situação de pobreza. Para a nossa delegação, constituem uma verdadeira lufada de oxigénio!"

Virginie Poilvert

Tendo feito parte da delegação francesa do 5º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, **Virginie Poilvert** relatou a sua experiência e as suas impressões. Completou esta retrospectiva expressando as suas expectativas relativamente à conferência deste ano. O Encontro precedente constituiu uma excelente oportunidade para sensibilizar a opinião pública, dando a possibilidade às pessoas em situação de pobreza de passar à acção. Os participantes nestes Encontros travam há muito tempo uma luta feroz contra a pobreza e a exclusão social sabendo por um lado, que as mudanças necessitam de tempo, e, por outro lado, que estas só poderão acontecer se existir uma cooperação entre todos os actores. Os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza constituem um instrumento importante para atingir este objectivo.

Virginie Poilvert referiu que os participantes puderam compreender melhor a complexidade da situação social na União Europeia graças aos numerosos exemplos e testemunhos concretos, bem como às diferenças que existem entre os níveis de protecção social. Ser pobre na Europa não significa o mesmo em todos os países da União Europeia! Não existe um padrão único para definir a pobreza. As dificuldades que as pessoas têm de superar variam consideravelmente de país para país. Neste sentido, o Encontro permitiu igualmente reflectir sobre as experiências pessoais da pobreza.

Segundo Virginie Poilvert, os Encontros de Bruxelas permitiram reforçar a participação das pessoas em situação de pobreza. Primeiro, os delegados encontraram um espaço para trocar experiências e opiniões e para estabelecer laços de solidariedade. Segundo, os delegados sentiram que estavam a ser levados mais a sério pelas instâncias de decisão política. A participação nestes encontros teve igualmente um impacto concreto em França. Por exemplo, a implementação de reuniões regionais e transnacionais foi organizada em cooperação com associações de financiamento social. O objectivo destes encontros é permitir que os trabalhadores sociais e as pessoas em situação de pobreza se encontrem, se conheçam melhor, de forma a desenvolverem formas de participação concreta. É uma questão de chamar a atenção das instâncias decisoras para que compreendam que existem respostas para os problemas sociais. O 5º Encontro Europeu teve igualmente como consequência directa a criação de uma associação denominada "A Palavra do Cidadão" que reúne não só as pessoas directamente afectadas pela pobreza como também os trabalhadores sociais.

No que diz respeito ao Encontro deste ano, Virginie Poilvert espera que este constitua uma oportunidade para fazer um balanço e discutir os passos futuros. A Estratégia de Lisboa tem por objectivo alcançar progressos importantes na luta contra a pobreza até 2010. A questão é saber quais são as evoluções observadas nos Estados-Membros da União Europeia. Virginie Poilvert fez referência às abordagens centrais na luta contra a pobreza e a exclusão social anteriormente referidas: o acesso ao mercado de trabalho, um rendimento digno e uma habitação condigna, a integração dos imigrantes, a participação das pessoas implicadas, etc. Insistiu ainda na importância de manter os esforços para atingir este objectivo, a fim de se construir uma Europa social da qual todos os cidadãos possam beneficiar. Os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza são uma oportunidade para nos reunirmos, para trocarmos informações e *fugir* à passividade. Face a tudo isto, é necessário não esquecer que estas trocas devem ser seguidas de acções no terreno – se tal não acontecer, não passarão de um vazio.

3 «As nossas ambições, as nossas posições» Os objectos simbólicos apresentados no Encontro

Na sessão intitulada as "Nossas ambições, as nossas posições", vinte e cinco delegações, a Comissão Europeia, o Comité de Protecção Social, o Ministério Federal Belga da Integração Social, bem como a EAPN, resumiram a sua experiência dos cinco Encontros precedentes e ilustraram os resultados através de objectos tridimensionais. Simultaneamente, foi levantada a questão de como a inclusão das pessoas em situação de pobreza pode ter um impacto no processo de integração social. As apresentações foram agrupadas por domínios de acção, sendo as principais mensagens abaixo descritas. Algumas apresentações puderam incluir-se em mais do que uma categoria já que abordaram diferentes temas.

Pobreza e participação

As apresentações da Bulgária, de Chipre, da França, do Reino Unido e de Portugal demonstraram, cada uma à sua maneira, que a pobreza pode ser sinónimo de uma sociedade que perdeu o seu equilíbrio. Este princípio é aplicável independentemente das diferenças nos níveis de riqueza (como as que separam a França e a Bulgária). A pobreza e a exclusão social dependem da riqueza da sociedade em questão. É por essa razão que as diferentes circunstâncias que as pessoas em situação de pobreza enfrentam, nos diversos países, são difíceis de comparar em termos estatísticos. Porém, se centrarmos a nossa atenção nas pessoas vemos que, através das apresentações, a experiência concreta da pobreza e da exclusão social, bem como a ausência simultânea de oportunidades de participação e de realização são tão universais quanto os conflitos subjacentes ligados à distribuição social e às controvérsias políticas.

Apresentando objectos aparentemente sem sentido (uma chávena sem fundo e um cigarro de plástico), a delegação búlgara expressou que as pessoas em situação de pobreza sentem-se excluídas de qualquer participação na vida em sociedade devido ao isolamento e à estigmatização de que são vítimas. A pobreza é entendida como uma perda de sentido. No entanto, a luta contra a pobreza e a exclusão social não se resume unicamente à questão de melhorar a integração das pessoas na sociedade. Trata-se igualmente de promover o debate político sobre uma melhor redistribuição dos recursos da sociedade no seu todo. É socialmente justo – interrogou-se a delegação búlgara – que o governo invista em equipamento de defesa quando inúmeros pensionistas não recebem uma pensão que lhes permita viver?

A delegação cipriota retomou esta questão e interrogou-se como é que a participação das pessoas em situação de pobreza no processo político poderia ser mais reforçada. O problema do *lobby* político das minorias sociais coloca-se igualmente; veja-se sobretudo os países onde a pobreza é olhada como um fenómeno marginal. Enquanto que na Bulgária todos reconhecem a exclusão social das pessoas idosas, no Chipre há ainda muito trabalho de *lobby* a fazer para que as pessoas que enfrentam a dolorosa realidade da pobreza façam parte da consciência colectiva. Como foi demonstrado no contributo do Chipre, há dois

problemas que são particularmente urgentes: em primeiro lugar, as dificuldades que existem para encontrar financiamento para projectos sociais, não só a nível nacional mas também a nível da União Europeia, e em segundo lugar, a lentidão na implementação das mudanças obtidas.

Uma sociedade que procura um equilíbrio deve aceitar as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social como membros de pleno direito. Deve respeitar os seus direitos e reforçar a sua participação. A apresentação da delegação francesa mostrou como com pequenos passos se pode sensibilizar a opinião pública para a luta contra a pobreza e a exclusão social. Neste contexto, os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza tiveram um impacto a nível nacional e regional. Por exemplo, foram levadas a cabo uma série de iniciativas auto-organizadas, podendo as próprias pessoas implicadas chamar a atenção para a sua situação e afirmar activamente os seus direitos à participação. A mensagem a reter aqui é: não nos podemos deixar vencer pelo isolamento. Se a participação necessita de condições políticas e sociais favoráveis, é também importante que as próprias pessoas tenham vontade de tomar parte activa na efectivação dos valores fundamentais de "liberdade, igualdade e participação" simbolizados pelo objecto francês. Finalmente, é apenas pelo o exercício de uma pressão permanente, ao nível das bases, que o processo político se abrirá às pessoas em causa.

A delegação do Reino Unido considerou igualmente que as pessoas em situação de pobreza são desfavorecidas de várias formas no que diz respeito ao seu direito à participação. No seu ponto de vista, a promessa da participação social pode ser representada como uma porta em frente da qual são colocadas várias barreiras. O racismo, todas as formas de discriminação, a falta de perspectivas de emprego e o acesso limitado aos serviços sociais e culturais são muitos dos factores que levam as pessoas em situação de pobreza a viver cada vez mais num mundo paralelo à sociedade maioritária. O exemplo britânico mostra igualmente que é possível uma maior participação. A delegação indica que, por exemplo, os inquéritos qualitativos realizados junto das pessoas em situação de pobreza bem como a elaboração dos Planos Nacionais de Acção contra a pobreza e a exclusão social no âmbito da Estratégia de Lisboa, conduziram certamente a um reforço da participação das pessoas implicadas.

O exemplo da delegação portuguesa ilustra igualmente a forma como uma melhor participação pode ser organizada, nomeadamente no domínio do trabalho com idosos. No âmbito do Projecto "Activar a Participação", foram desenvolvidas actividades de trabalho e de lazer para grupos de idosos desfavorecidos, em parceria com empresas locais. O objecto escolhido pela delegação – um prato em porcelana decorado com uma flor, pintado durante este projecto – simboliza o facto das pessoas idosas poderem transformar algo de aparentemente inútil num objecto de arte, graças à sua experiência e às suas competências. Mais nove micro-projectos desenvolveram trabalho com outros grupos alvo como as crianças, os jovens e pessoas com doenças mentais. Estas actividades mostram que a participação é possível e pode ser implementada *in loco*. Há ainda, no entanto, um longo caminho percorrer: é necessário criar redes e espaços de participação. É difícil transferir

exemplos de boas práticas de um modelo experimental, que é temporário, para uma prática regular a longo prazo.

Pobreza e deterioração da solidariedade

A pobreza e a exclusão social provocam uma ruptura na solidariedade entre as pessoas, não apenas na sociedade como um todo, mas também no seio dos próprios grupos de pessoas que vivem em situação de pobreza. Estas pessoas são postas à margem quer seja deliberada ou inconscientemente. Estas pessoas “deixam de ser vistas”, e não há nenhum mecanismo automático que facilite a sua união e os leve a exprimir claramente as suas necessidades. As pressões mentais e físicas do dia a dia são, frequentemente, demasiado fortes; em muitos casos o que lhes falta não é apenas a oportunidade, mas também a força para defender os seus direitos. As delegações italiana, austríaca, espanhola, alemã e eslovaca concentraram-se neste problema.

"Era uma vez um menino que estava triste. Os seus olhos contemplavam um mundo que parecia demasiado grande. Na sua infância, “sentiu na pele” o significado da palavra dor. Não esperava mais nada da vida". A delegação italiana iniciou a sua apresentação com a história de um pequeno rapaz que conheceu ao longo da vida a falta de solidariedade e o isolamento (social). Um dia, esta criança encontra outras pessoas junto a um mercado, vivendo também elas à margem da sociedade. Mas há uma mudança que paira no ar: de repente as pessoas dão-se conta que a união faz a força – unem-se e começam a falar a uma só voz.

O sentimento de exclusão e de impotência é ilustrado igualmente pela representação austríaca. As diferentes faces da pobreza e da exclusão social são simbolizadas por um dado. As faces estão em contacto apenas ao nível das arestas, o que significa que cada pessoa ou grupo está sozinho com as suas preocupações e necessidades. O dado ilustra ainda outra realidade: qualquer que seja a posição em que se encontre, a pessoa que o observa pode apenas ver uma face. A percepção da sociedade parece portanto, muito selectiva, sendo os serviços de assistência e de apoio social completamente fortuitos. Seremos afortunados se o nosso dado ficar com uma face boa virada para cima. O nosso grupo poderá então chamar a atenção e obter ajuda. Os outros permanecerão na sombra – e estarão em contacto uns com outros apenas parcialmente, ao nível das arestas, o que significa que continuam isolados, incapazes de estabelecer contactos.

Estas considerações encontram-se igualmente no contributo da delegação espanhola. Os balões coloridos apresentados pelo grupo simbolizam os temas que permitem às pessoas em situação de pobreza e de exclusão social defender os seus próprios interesses. A criação de redes, a participação das pessoas envolvidas, a compreensão, a atenção e a ajuda às pessoas de modo a que possam informar-se, foram os símbolos escolhidos pela delegação espanhola para ilustrar a forma como os problemas sociais podem ser resolvidos num espírito de parceria.

A delegação alemã escolheu um pão para representar a capacidade de uma sociedade demonstrar solidariedade e de permitir que cada um partilhe da riqueza comum. O pão é o

símbolo – pode repartir-se facilmente e “matar” a fome. Relativamente aos Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza, a delegação alemã vê igualmente sinais que levam a crer que é possível contrariar a quebra na solidariedade. A presença das instâncias decisoras tem aumentado ao longo dos anos, e por conseguinte, os Encontros são tidos cada vez mais em consideração. A Conferência Nacional Alemã de Luta contra a Pobreza organizou um Encontro semelhante na Alemanha, no ano passado, a fim de reforçar a participação das pessoas em situação de pobreza, a nível nacional. Embora estas actividades sejam essenciais para a luta contra a pobreza e a exclusão social, é necessário não esquecer a questão da distribuição entre ricos e pobres, e a busca de um sistema económico e social mais justo. Este foi o apelo lançado pela delegação alemã.

A delegação eslovaca completou este contributo afirmando que a luta contra a pobreza e a exclusão social só poderá ser ganha através de um esforço internacional conjunto. Cada Estado tem os seus próprios problemas e as suas expectativas para os solucionar. Os problemas sociais não param junto às fronteiras da Casa Comum europeia. É por isso que a União Europeia deve zelar para que os Estados-Membros não rivalizem uns com os outros, mas que trabalhem num espírito de cooperação e de partilha de forma a contrariar as tendências internacionais que provocam a ruptura na solidariedade devido à europeização e à globalização.

A natureza multidimensional da pobreza

Os contributos das delegações da Polónia, da Hungria, de Malta, da Grécia, dos Países Baixos, da Dinamarca, do Luxemburgo e da Suécia ilustram a natureza multidimensional da pobreza e da exclusão social. Testemunham um vasto leque de riscos de exclusão social e revelam que as mulheres, as crianças e os sem abrigo são grupos especialmente afectados. A delegação polaca escolheu um símbolo simples mas impressionante: um cacto, representando por um lado as múltiplas facetas da exclusão social e, por outro lado, a determinação e a vontade das pessoas que enfrentam este fenómeno em alterar a sua situação. Nem mesmo as condições mais adversas conseguem impedir que esta planta sobreviva. E assim como o cacto tem necessidade de água ocasionalmente, as pessoas que vivem à margem da sociedade têm igualmente necessidade de apoios específicos para poderem “desabrochar”.

No que diz respeito aos diferentes riscos de pobreza, a delegação húngara chama a atenção para as consequências ao nível da saúde, o acesso restrito ao ensino e à formação e a dificuldade para aceder aos bens e aos serviços (sociais). Salienta igualmente que na Hungria, a situação é consideravelmente bem mais grave nas regiões rurais do que nas cidades. Além disso, os serviços sociais do Estado não são adaptados em função das pressões causadas pelos problemas encontrados.

Para a delegação de Malta, o objecto que melhor ilustra a situação é um balão semi-insuflado. A parte insuflada do balão simboliza os progressos alcançados na luta contra a pobreza e a exclusão social, enquanto que a outra parte simboliza os desafios futuros. A delegação referiu que muito se sabe sobre a natureza multidimensional da pobreza, mas que este conhecimento tem muitas vezes um papel secundário no processo político. Se é

verdade que a arena política está a abrir-se lentamente aos procedimentos que permitem uma maior participação – o Parlamento, por exemplo, discutiu pela primeira vez um projecto de lei em conjunto com uma ONG – é também verdade que numerosos actores têm falta de vontade para dar corpo aos conhecimentos relativos às relações de causa-efeito e às soluções possíveis. É por isso que a delegação apela ao redobrar dos esforços para sensibilizar a opinião pública, quer seja por meio de novos projectos de investigação sobre questões ligadas à pobreza, pelo financiamento de novas ONG, por uma melhor utilização dos Fundos estruturais, ou ainda por um reconhecimento da inclusão social como um tema transversal a todos os domínios políticos – *mainstreaming*.

A delegação grega concordou com a lista de exigências da delegação de Malta apresentando uma garrafa com uma mensagem dentro como se fosse lançada ao mar. Esta simboliza a necessidade das pessoas em situação de pobreza mas também uma mensagem dirigida aos decisores políticos. A garrafa contém uma mensagem que apela ao diálogo para uma distribuição mais justa da riqueza e enumera um conjunto de temas para ilustrar a amplitude da exclusão social: o emprego, a segurança das pessoas idosas, a habitação, a saúde, água potável gratuita, o abastecimento de energia a preço razoável, mas também a educação e o acesso à cultura.

As apresentações referem igualmente soluções existentes para combater a exclusão social. Do ponto de vista da delegação neerlandesa, por exemplo, o governo obteve progressos consideráveis na luta contra a pobreza e a exclusão social. A lista elaborada pela delegação confirma igualmente as múltiplas faces dos problemas subjacentes. Segundo a delegação, por exemplo, o desemprego das mulheres diminuiu, a violência doméstica foi reconhecida como um problema, há menos casos de abandono escolar entre os jovens, e o acesso das pessoas com deficiência aos serviços públicos melhorou. Mas há problemas que persistem. Por exemplo, existe uma escassez de habitação a preços acessíveis nas cidades e a taxa de desemprego dos jovens continua elevada. Finalmente, é difícil determinar com alguma certeza o contributo da estratégia de Lisboa para melhorar a situação social. Contudo não existe nenhuma dúvida que esta conduz a uma melhor compreensão da natureza multidimensional dos riscos de exclusão social e que permite manter na agenda política o debate sobre a melhoria das oportunidades de participação.

Através do seu objecto, a delegação dinamarquesa pretendeu chamar a atenção para a ligação entre a pobreza e a falta de oportunidades de acesso à educação. Apresentou um projecto bem sucedido junto de jovens desfavorecidos que após terem alcançado uma situação estável conseguiram assumir de novo as suas responsabilidades. Os jovens são preparados para entrar no mercado de trabalho graças a uma abordagem global de apoio e orientação e ao longo de todo este processo aprendem a respeitar-se e a respeitar os outros. Este projecto demonstrou, através de exemplos, que o acesso à educação com currículos adaptados pode quebrar a espiral da pobreza e a exclusão social.

A delegação do Luxemburgo centrou-se nos riscos de saúde que emanam da pobreza. O símbolo escolhido foi um jogo de palavras baseado na fusão de "partilha" e "estante" (em inglês shelf "Shalf" – share and shelf), sobre a qual se pode encontrar objectos do dia a dia, como na montra de uma loja. Partindo do princípio de que a pobreza é acima de tudo um

problema relativo num país rico como o Luxemburgo, o grupo salientou no entanto um problema fundamental: o acesso limitado das pessoas em situação de pobreza a uma alimentação saudável. A falta de financiamento, por um lado, e a falta de informação sobre uma alimentação saudável, por outro, leva a estilos de vida pouco saudáveis, sobretudo nas crianças procedentes de famílias desfavorecidas. Uma loja de alimentação social como a que está a ser gerida no Luxemburgo, pode constituir um primeiro passo para a implementação prática do direito a uma alimentação saudável.

A delegação sueca apresentou um breve resumo dos impactos que as numerosas manifestações da pobreza podem ter nas pessoas. Os riscos de exclusão que muitas vezes se multiplicam, provocam uma perda de entusiasmo e dão às "vítimas" uma imagem negativa delas próprias, carregada de culpabilidade. Dependendo de prestações sociais e da assistência social não gera apenas um sentimento de dependência, mas priva igualmente as pessoas da liberdade de decidirem ou planearem a sua vida. A pobreza e a exclusão social conduzem ao isolamento social e a participação na vida em sociedade está sujeita a inúmeras restrições. Isto provoca um sentimento de inutilidade. As pessoas não têm rotinas e actividades diárias para estruturarem o seu quotidiano. O acesso aos cuidados de saúde é frequentemente restrito, o que é ainda mais grave uma vez que viver na pobreza causa pressões físicas e mentais. A pobreza e a exclusão social podem ser fontes de humilhação se as pessoas que vivenciam estes fenómenos não forem tratadas com respeito e civismo, se as decisões forem tomadas por elas em vez de com elas, ou seja, se a participação lhes for recusada.

Pobreza e Sem-abrigo

Diversas delegações abordaram o problema do acesso a uma habitação condigna como uma das necessidades humanas mais básicas. As apresentações das delegações da Bélgica, da República Checa, da Noruega e da Finlândia revelaram que existem numerosas pessoas que não têm tecto, mesmo nos países industrializados mais desenvolvidos da União Europeia, ou que são obrigadas a viver em condições habitacionais indignas. Estas pessoas encontram-se nos grupos mais afectados pela pobreza e pela exclusão social. Sem um lar onde encontrar refúgio e protecção e a oportunidade de readquirir a sua dignidade, o acesso a uma participação social completa parece completamente inacessível. Se, como no caso dos ciganos, a xenofobia e o racismo são ao mesmo tempo as causas e os efeitos da exclusão, não ter um tecto é como estar num "beco sem saída" e ser vítima de gritantes violações diárias dos direitos do Homem mais fundamentais.

A delegação belga representou a necessidade básica do ser humano à protecção e à segurança através de uma tenda. O grupo pretendeu invocar o respeito pelo direito de todas as pessoas a uma habitação digna, direito que constitui uma condição fundamental da participação social. Se a tenda pode proteger as pessoas, é igualmente necessário facilitar o acesso aos serviços sociais, em especial à educação e à saúde. Concretamente, a delegação pretendeu lançar um debate mais amplo sobre a maneira como se podem definir as necessidades básicas das pessoas bem como os direitos e as obrigações a elas associadas.

O objecto escolhido pela delegação checa apela também ao respeito pelo direito fundamental a uma habitação. Utilizaram o protótipo de uma casa modesta, sem tecto, que simboliza o estado de degradação em que muitas habitações se encontram na República Checa. O facto de não ter tecto simboliza também a falta de segurança e de conforto. Na casa, um rato chama a atenção para as condições em que vivem os ciganos, sobretudo as mulheres e as crianças. De acordo com a experiência da delegação, muitos ciganos têm que viver, literalmente, com as sobras dos outros e em casas indignas para qualquer ser humano. O exemplo das mulheres ciganas mostra de maneira impressionante o quanto a ausência de um lar provoca ainda mais desigualdades sociais e discriminação. Os delegados referem, por exemplo, actos de esterilização e de abortos forçados realizados contra a vontade das mulheres.

O exemplo da Finlândia demonstrou que é possível chamar mais a atenção da opinião pública para este tema. Um impressionante, discreto mas também misterioso símbolo num emblema (uma chama preta) foi o suficiente para que um grupo de voluntários despertasse a curiosidade de outras pessoas e iniciasse com elas uma conversação sobre este tema. Os militantes aumentam a sua veracidade vivendo um dia por ano como um sem-abrigo. Foram recolhidos 850 testemunhos de pessoas sem abrigo e publicados no âmbito de outra campanha. Através deste tipo de trabalho de relações públicas tem sido assim possível constituir uma vasta rede que tem sido seriamente considerada pelos responsáveis políticos finlandeses. Na opinião da delegação, mantém-se um grave problema porque as promessas feitas pelas instâncias decisoras não têm surtido efeito nas situações reais nas quais se encontram as pessoas vítimas de pobreza e de exclusão. A delegação propôs então lançar um debate sobre a forma como as instâncias de decisão política podem ser obrigadas a cumprir as suas promessas, introduzindo mecanismos de sanções concretos.

A delegação norueguesa faz igualmente alusão a estes problemas. Aos seus olhos, não é suficiente exigir continuamente uma assistência suplementar para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. É essencial repensar a forma e a medida através da qual esta assistência é realmente disponibilizada às pessoas sem abrigo. Em muitos casos – segundo a delegação – se as autoridades dessem um tratamento mais humano a estas pessoas em função das suas necessidades, seria o suficiente para evitar a existência de sem-abrigo e de outras formas de exclusão social. Consta-se que não há abordagens integradas que cubram todos os domínios políticos. O grupo insiste ainda num outro problema: o governo norueguês tem a intenção de reduzir o número de sem-abrigo em trinta por cento. Este é um objectivo que pode parecer ambicioso, mas a delegação considera que isso coloca um problema maior uma vez que significa que os restantes setenta por cento continuarão impossibilitados de sair dessa condição.

Pobreza e migração

No seu contributo, a delegação irlandesa chama a atenção para a situação dos migrantes. Na sua perspectiva, existem seis domínios que se revestem de uma importância específica em matéria de condições de vida. Os delegados referiram, em primeiro lugar, a insuficiência do apoio financeiro. Na Irlanda, cada requerente de asilo em idade adulta tem direito a 19,10

euros por semana, enquanto que as crianças recebem metade deste valor. Como em outros Estados da União Europeia, as pessoas com esse estatuto não têm o direito de trabalhar. As refeições são oferecidas em cantinas, mas as especificidades culturais ou religiosas não são muitas vezes tomadas em consideração. Em suma, como é que os requerentes de asilo na Irlanda podem viver dignamente nestas condições? O segundo problema refere-se à exploração e à limitada mobilidade da mão-de-obra estrangeira. Muitos trabalhadores migrantes têm licenças de trabalho restritas, o que os torna extremamente dependentes do seu empregador. As leis salariais e de emprego não são respeitadas e os trabalhadores vivem constantemente com receio de perderem o emprego e de serem expulsos. O emprego – considerado por muitos como a chave da participação social – é utilizado neste caso para “acorrentar” estas pessoas! Em terceiro lugar, os migrantes são vítimas de racismo e de discriminação chegando, às vezes, ao ponto de ataques físicos. Em quarto lugar, uma forma específica de discriminação é o não reconhecimento (formal) das qualificações. Muitos migrantes não têm, por conseguinte, a possibilidade de encontrar um trabalho que corresponda às suas qualificações. Este é um paradoxo da integração: enquanto alguns estão constantemente a adquirir novas qualificações com o objectivo de melhorar a sua empregabilidade, outros são totalmente privados da possibilidade de se qualificarem. Um quinto problema reside na situação dos migrantes "sem papéis" cujo número não cessa de crescer por toda a Europa. Estes imigrantes são especialmente afectados pela exclusão social e pela discriminação: uma vez que não têm vistos de residência, não podem alegar nenhum direito e não podem beneficiar dos serviços sociais. Por último, o sexto problema refere-se às restrições postas às possibilidades de reagrupamento familiar que constituem um problema de exclusão social. Os requerentes de asilo e os trabalhadores migrantes não têm o direito evidente para que os membros da sua família se possam juntar a eles. Às vezes são necessários vários anos para que preencham as condições prévias necessárias, o que causa tensões emocionais consideráveis em todas as pessoas implicadas.

Direito à participação: um incentivo para o futuro

As apresentações da Lituânia e da Letónia descrevem em termos quase poéticos a esperança das pessoas em situação de pobreza de verem a sua situação melhorar. Nos países que se transformaram no pós comunismo, as pessoas viveram, em alguns casos, grandes contrastes sociais. As transferências sociais não acompanharam o aumento do custo de vida, os serviços sociais que eram anteriormente gratuitos deixaram de ser acessíveis para os pobres ou foram simplesmente suprimidos. Neste contexto, a delegação da Letónia apresenta uma flor estilizada que fura uma camada de neve para simbolizar a vida. Porém, as pétalas desta flor estão vazias porque a vida das pessoas em situação de pobreza é frequentemente uma existência descolorada e triste. No entanto, a delegação tem esperança que as perspectivas de uma vida melhor se tornem realidade até 2010. Há dez anos, por exemplo, a integração da Letónia na União Europeia era totalmente inconcebível. Actualmente, foram já dados os primeiros passos, em colaboração com as ONG, para garantir uma maior participação das pessoas em situação de pobreza na elaboração dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.

Para a delegação lituana, a pobreza faz igualmente parte da realidade social. A sua experiência e o intercâmbio realizado aquando dos anteriores Encontros indicam que a pobreza e a exclusão social são sentidas de maneira diferente na realidade e nas estatísticas e inquéritos. Há muitas áreas cinzentas e pontos obscuros que não podem ser descritos em termos científicos. O intercâmbio mútuo de experiências revela-se assim indispensável para encontrar uma saída da pobreza e da exclusão social. A vela é um símbolo de esperança, mas representa sobretudo o reforço da participação e a ajuda às pessoas de modo a que possam afirmar-se. Se o pavio simboliza as pessoas em situação de pobreza, e a cera a pobreza em si, falta apenas uma mão que ajude a acender a vela. Quando esta começa a arder a chama consome a cera (e por conseguinte a pobreza).

A luta contra a pobreza: um mandato político

As apresentações da EAPN, do Comité de Protecção Social, do Ministério Federal Belga da Integração Social, e da Comissão Europeia mostram que estas instituições tomam em consideração este tipo de intercâmbio de ideias e que este desencadeia uma reflexão aprofundada sobre o seu próprio papel em todo o processo.

O objecto escolhido pela EAPN, um dado, representa os seis Encontros que tiveram lugar em Bruxelas, e a sua importância para a participação das pessoas que experienciam situações de pobreza. Se apenas um número restrito de pessoas pode ser convidado para cada Encontro, a experiência prova que cada vez mais pessoas participam no trabalho preparatório realizado a nível nacional. Estes eventos contribuem para construir pontes entre as pessoas envolvidas por um lado, e a sociedade e a arena política, por outro lado. Além disso, foram desenvolvidas acções de *follow up* em vários Estados-Membros, em muitos casos pelas próprias pessoas que vivem em situação de pobreza. A ideia dos Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza está a ter cada vez mais repercussões. Mas na realidade, a situação social apenas se altera de forma vacilante, e em certos casos, chega mesmo a agravar-se. As discussões sobre as formas de combater a pobreza e a exclusão social são muitas vezes realizadas de maneira altamente tecnocrática. Dá a impressão que a esfera política gira em círculos. Os Encontros de Bruxelas e o objecto apresentado pela EAPN indicam claramente que por detrás dos problemas e dos desafios – descritos exaustivamente pelos Estados-Membros em longos relatórios – encontram-se pessoas que estão determinadas e são capazes de tomar o seu destino nas próprias mãos.

O Comité de Protecção Social apresentou um megafone vermelho que simboliza uma dupla obrigação ou função. Por um lado, os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza asseguram a função de amplificador. As vozes das pessoas em causa unem-se e fazem-se ouvir mesmo junto das instituições europeias como o Comité de Protecção Social. Por outro lado, os seus membros têm a obrigação de desempenhar o papel de *altifalante* na sua esfera de influência imediata, a fim de defender os interesses das pessoas que vivem na pobreza.

O Ministério Federal Belga da Integração Social ilustra o seu papel através de uma cadeira que se pode fechar (desmontável). Esta representa a ideia que a administração deve fazer

parte da solução. Promover a participação significa aqui tratar as pessoas com respeito, e tomar o tempo necessário para defender os seus interesses. Neste sentido, o facto dos Encontros terem lugar no Palácio Egmont mostra que as pessoas em situação de pobreza são tratadas com todo o respeito e valor. É fundamental garantir a participação directa para que as pessoas em causa possam sentar-se em redor da mesa, em pé de igualdade. Neste sentido, a cadeira portátil simboliza igualmente a vontade de reunir com todos os *stakeholders*.

A Comissão Europeia apresentou uma maquete de um pequeno circo, representando a falta de estrutura e de feitos audaciosos. Simboliza também a arte de organizar uma representação bem sucedida, em redor de um grande número de elementos mais ou menos prestigiados, com um dom inegável para a improvisação. O circo é um espaço de tolerância onde diferentes pessoas se encontram e que cria algo de especial com o público. O circo representa também o desejo de ir mais além, de nos excedermos, bem como a curiosidade necessária para ultrapassar os limites. Às vezes, a representação assemelha-se a um acto de equilíbrio. Em suma, o circo é um lugar onde inúmeros elos se entrelaçam, permitindo assim às pessoas agirem em conjunto para o bem-estar de outras pessoas.

4 Conclusões dos *workshops* e da sessão plenária

Tendo como pano de fundo o balanço dos Encontros já realizados, os participantes reuniram-se em sete *workshops* a fim de debater e reflectir sobre os desafios e os temas centrais da integração social, assim como a questão de como estes Encontros poderão produzir um maior impacto no futuro. Nos *workshops*, foi abordado um vasto leque de temáticas: as oportunidades de acesso à educação e à formação para as crianças e jovens, a promoção da inclusão (activa) pela integração no mercado de trabalho, a precariedade do emprego, a pobreza infantil, as famílias monoparentais, a luta contra a pobreza persistente e a transmissão da pobreza entre gerações, a luta contra o risco das pessoas se tornarem sem-abrigo, a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, a implicação das pessoas em situação de pobreza nas estruturas de assistência e de aconselhamento, bem como o reforço da sua participação activa.

Os resultados dos *ateliers* foram registados e resumidos num curto relatório a apresentar em plenário. Estes relatórios foram apresentados no último debate plenário. Para esta sessão, Jérôme Vignon, Director da Unidade de Protecção Social e da Integração da Comissão Europeia, Elise Willame, Presidente do Comité de Protecção social, e Renzo Fior, Presidente da Emmaüs Internacional, constituíram o painel para debater e responder às questões dos participantes no plenário.

Conclusões dos *workshops*¹

A análise dos resultados dos *workshops* faz-nos recordar o simbolismo do *dado*. Apesar de muitos relatórios terem referido abordagens concebidas para melhorar as condições de vida das pessoas em situação de pobreza, é forçoso reconhecer a ausência de estruturas transversais. Pode constatar-se que nenhum participante nos *workshops* referiu uma abordagem de política nacional integrada que visasse orientar a luta contra a pobreza e a exclusão social. Para alguns grupos, os sucessos parciais produzem-se essencialmente a nível local, onde são implementados numerosos projectos e iniciativas, mas estas abordagens não constituem uma estratégia global. O Método Aberto de Coordenação, lançado no âmbito da Estratégia de Lisboa, e os Planos Nacional de Acção para a Inclusão, também não demonstraram, segundo os delegados, uma planificação política coerente, quer nos Estados-Membros, quer entre eles. Além disso, muito Estados-Membros desconhecem práticas que noutros países estão já amplamente difundidas. O intercâmbio ter-se-á, no entanto, revelado enriquecedor, permitindo a partilha de ideias e experiências sobre as metodologias a adoptar para melhor atingir os diferentes grupos alvo.

Posto isto, é indiscutível que as questões da pobreza e da exclusão social tomaram uma posição de destaque na agenda a todos os níveis políticos. Os diferentes Estados-Membros estão cada vez mais conscientes da necessidade de uma assistência concreta e de uma

¹ O relatório completo dos *workshops* encontra-se disponível em www.eapn.org, na parte dedicada aos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza.

participação acrescida de forma a permitir que as pessoas em situação de pobreza possam viver a sua vida de maneira responsável. Do ponto de vista das pessoas implicadas, os principais obstáculos à luta contra a pobreza e à exclusão social são a discriminação, a estigmatização, o racismo e a xenofobia, mas também a falta de vontade política e, em muitos casos, a incapacidade *de facto* de redistribuir os recursos da sociedade de uma maneira mais eficaz, através de transferências sociais e serviços sociais. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma tarefa da responsabilidade da sociedade em geral e que os Estados-Membros apenas poderão concretizar se trabalharem conjuntamente, na construção da Casa Comum Europeia. Se por um lado os resultados dos *workshops* identificaram estes problemas estruturais, por outro, os seus apelos e recomendações dão algumas pistas para evoluções futuras.

Promover abordagens políticas transversais para combater a pobreza

Um delegado resumiu a situação numa frase: ninguém quer viver na pobreza e nenhuma criança dirá alguma vez que quer ser pobre quando for grande. É necessário, portanto, avaliar o impacto que os sistemas de segurança social dos diferentes Estados-Membros têm na pobreza. Este problema não se coloca unicamente nos novos Estados-Membros da Europa Central e de Leste, onde a situação dos idosos e das minorias étnicas (sobretudo as comunidades ciganas) evoluiu de forma problemática. Efectivamente, mesmo nos Estados-Membros dotados de sistemas de segurança social comparativamente mais desenvolvidos ou consolidados, as prestações sociais (destinadas às famílias e às crianças, por exemplo) não são suficientes para garantir que cada um viva acima do limiar da pobreza, depois de terem beneficiado das transferências sociais e dos serviços sociais. O aumento do número de "trabalhadores pobres" é aqui particularmente alarmante. Ser pobre apesar de se ter um emprego é hoje uma realidade para numerosas pessoas. Uma abordagem transversal da luta contra a exclusão social responderia, por conseguinte, aos apelos lançados pelos *ateliers* para condições de trabalho e salários justos, para regimes de rendimento mínimo dignos, para um livre acesso à formação, à educação e aos serviços de saúde, para uma protecção adequada das crianças e das famílias, bem como para a redução da discriminação e de todos os tipos de desigualdades (nomeadamente as baseadas no género). Para se obterem mais progressos nesta matéria, os delegados exigem que as questões da pobreza e da exclusão social sejam integradas como temas transversais em todos os domínios políticos – *mainstreaming*.

Muitas vezes, as pessoas em situação de pobreza não têm a possibilidade de se fazerem ouvir e de chamar a atenção da opinião pública para a sua situação. Neste contexto, o apelo a um melhor acesso à educação tem um significado duplo. Por um lado, um nível de instrução mais elevado constitui uma arma eficaz contra a pobreza e, por outro lado, a educação pode ser utilizada para disseminar mais informação sobre a situação das pessoas socialmente marginalizadas. No conjunto, só se pode obter uma abordagem integrada da política de luta contra a pobreza e a exclusão social se a participação das pessoas implicadas for levada a sério, e o mais abrangente possível. A aceitação é uma palavra-chave para ambos os lados, e em especial no debate relativo aos meios e às metodologias a adoptar para melhor atingir a integração social. Neste sentido, os Estados-Membros são

convidados a considerar a expansão e o desenvolvimento de novas vias. Os diferentes *workshops* permitiram lançar um conjunto de ideias ao nível da adopção de diferentes abordagens (para os sem-abrigo, para os idosos, etc.). No entanto, a participação não só significa que as pessoas desfavorecidas podem participar na vida em sociedade mas é também um apelo explícito aos políticos para reconhecerem e combaterem as realidades com as quais estas pessoas se vêem confrontadas. Os exemplos citados nos *ateliers* demonstram que há ainda muito a fazer nesta matéria, nos vários Estados-Membros.

A prática da boa governação deve ser entendida a todos os níveis. Dos registos dos *workshops* sobressaiu claramente que o principal problema da luta contra a pobreza não é tanto a ausência de uma base legislativa, mas sim a implementação de políticas concretas ao nível da base. Constatamos que as leis não são respeitadas, ou que as autoridades administrativas as aplicam com base numa interpretação restritiva. Neste domínio, é evidente a falta de uma cultura de boa governação, razão pela qual um dos *workshops* lançou um apelo fundamental para que as leis se adaptem às pessoas e não o inverso. Os participantes destacam igualmente as lacunas relativas à transposição das cartas internacionais para a legislação nacional. Outra questão intimamente ligada à aplicação da lei é a garantia do acesso aos serviços sociais e culturais da sociedade para todos. Aqui, o problema não reside apenas na falta de serviços correspondentes, mas também no facto dos procedimentos burocráticos terem um efeito dissuasivo: pessoas que têm de facto direito a certas prestações acabam por as recusar "voluntariamente" (problema ligado à pobreza "envergonhada"). É indispensável impor aos organismos e aos respectivos serviços a obrigação de informar as pessoas em causa. O apoio jurídico é uma responsabilidade que as autoridades e os organismos envolvidos devem assumir perante os cidadãos. Se a defesa dos direitos tem que ser feita através de procedimentos administrativos ou no tribunal, as pessoas em situação de pobreza serão com certeza marginalizadas.

Os participantes no Encontro consideram que é indispensável adoptar uma abordagem multidimensional de luta contra a pobreza, paralela a uma intervenção directa e dirigida a certos grupos da população de forma a abranger os diferentes domínios políticos. Atribuem a mais elevada importância à protecção social, em especial das mulheres e das crianças, à eliminação da discriminação relativamente aos imigrantes e às minorias étnicas, mas também à adopção de medidas eficazes contra o fenómeno dos sem-abrigo. Convém sublinhar que as pessoas não deveriam passar de um projecto para outro, mas terem a oportunidade de desenvolver as suas competências e os seus conhecimentos a nível global, num processo sustentável.

Exigências a nível europeu

Os participantes apelam à União Europeia para examinar mais de perto as suas estratégias políticas e o impacto negativo que estas poderão ter nas pessoas desfavorecidas. Os *workshops*, por exemplo, permitiram constatar que a liberalização dos serviços tem normalmente um efeito negativo para as pessoas em situação de pobreza, nomeadamente nos domínios dos cuidados de saúde ou do abastecimento de energia. Os participantes pedem, por conseguinte, uma análise mais precisa destas interacções. Neste contexto,

exprimiram igualmente o desejo de se manter a realização dos Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza, enquanto plataforma de informação e de intercâmbio. É igualmente necessário considerar a possibilidade de alargar o círculo dos participantes para que os Encontros ocupem um lugar ainda mais importante no cenário político. Os participantes lamentam por exemplo, a ausência de representantes do Parlamento Europeu, e propõem que futuramente sejam também convidados representantes de empregadores (entidades patronais).

Outro apelo concreto, lançado à União Europeia, foi para que esta tome uma posição mais firme na discussão relativa ao salário mínimo e ao rendimento mínimo como *norma* social europeia, bem como o seu impacto na pobreza – *poverty proofing*. Trata-se de estabelecer antes de mais, a relação entre o salário mínimo e os regimes de rendimento mínimo que permitam às pessoas viver com dignidade. Por outro lado, a questão da definição de um salário mínimo europeu e um rendimento mínimo europeu continua em aberto. Os participantes consideram que a introdução de um *cesto* de bens e de serviços essenciais é uma proposta concreta, com base na qual seria possível calcular regimes de rendimento mínimo adequados e outras transferências sociais, nos Estados-Membros.

Do ponto de vista dos participantes na conferência, a União Europeia deve multiplicar os seus esforços de modo a que o modelo social europeu seja mais equilibrado e harmonizado. A implementação da Estratégia de Lisboa mostra que o Método Aberto de Coordenação não comporta a obrigação de tomar medidas políticas concretas. As pessoas em situação de pobreza consideram por conseguinte que esta tem uma natureza muito pouco vinculativa. Pediram igualmente que a Comissão Europeia se torne mais vigilante e que vele para que os Estados-Membros integrem no seu direito nacional as convenções e as directivas relativas à luta contra a pobreza e a exclusão social e o respeito pelos direitos do Homem, e para que apliquem efectivamente estas disposições. No entender das delegações, seria útil para esse efeito que a Carta dos Direitos Fundamentais ocupasse um lugar determinado e vinculativo no Tratado Constitucional Europeu.

De acordo com os participantes no Encontro, seria igualmente desejável que os Fundos Estruturais da União Europeia fossem mais utilizados – e de maneira mais sustentável – na luta contra a pobreza. O problema é que a duração dos projectos é muitas vezes demasiado curta. A obrigação de submeter propostas de projectos, em intervalos de tempo cada vez mais curtos, impede a criação de uma infra-estrutura social sustentada e o desenvolvimento de abordagens de financiamento holísticas e progressivas. Neste contexto, os participantes assinalam que as iniciativas locais e regionais deveriam ser mais incentivadas.

Contributos do Painei

Jérôme Vignon, Director da Unidade de Protecção Social e da Integração Social

Na sua intervenção, J. Vignon insistiu na importância do processo constitucional europeu. Sem uma base jurídica vinculativa, a União Europeia não pode intervir em questões ligadas à pobreza e à exclusão social. Neste sentido, o Tratado de Amesterdão, assinado em 1997

e em vigor desde 1999, constituiu um primeiro passo na direcção certa, mas é urgente que este seja seguido por outros passos como uma constituição comum.

A questão da contribuição da Comissão Europeia relativamente a padrões sociais mínimos vinculativos está também intimamente ligada à questão do quadro jurídico da União. A Comissão Europeia não pode impor exigências vinculativas aos Estados-Membros, ainda que isso possa contribuir para uma maior harmonização do modelo social europeu e da luta contra a pobreza e a exclusão social. A definição de objectivos comuns e a sua implementação são da competência dos Estados-Membros. Neste sentido, acusar a Comissão Europeia de ser demasiado passiva ou permissiva na matéria, não tem qualquer sustentação. Dito isto, a Comissão Europeia e o Comité de Protecção Social desejam chegar a uma situação onde os objectivos no domínio da protecção social sejam definidos de forma mais clara e onde a sua implementação se torne mais vinculativa. Convém assim estabelecer uma ligação menos ambígua entre o acesso a um nível decente de rendimento mínimo e a questão de um cesto mínimo de bens e de serviços essenciais ao qual os cidadãos europeus deveriam ter acesso.

De acordo com o Jérôme Vignon, a União Europeia pode, no entanto, orgulhar-se de ter conquistado importantes vitórias. A União Europeia dispõe do sistema de segurança e de saúde no trabalho mais completo de todas as zonas económicas; o diálogo social é uma realidade bem estabelecida. Foram introduzidas numerosas melhorias, nomeadamente no domínio da protecção contra a discriminação. Por exemplo, os cidadãos da União têm hoje o direito de entrar com uma acção na justiça se se sentirem vítimas de discriminação, o que pode ajudar os ciganos por exemplo, a melhorar a sua situação. No âmbito do Fundo Social Europeu, estão previstas linhas especiais para apoiar o trabalho realizado para e com os migrantes.

Estes argumentos enfraquecem a acusação segundo a qual a Estratégia de Lisboa serve apenas para defender interesses económicos. Na realidade, esta Estratégia impôs aos Estados-Membros a adopção de estratégias para combater a pobreza e a exclusão social, a intensificação dos intercâmbios e a melhoria ao nível da informação disponível sobre as condições de vida na Europa, bem como a sua comparabilidade. Por último, J. Vignon sublinhou o papel fundamental da mobilização das pessoas desfavorecidas e a reactivação do processo constitucional a fim de reforçar a dimensão social da UE.

Elise Willame, Presidente do Comité de Protecção Social

Segundo Elise Willame, o Comité de Protecção Social esforça-se para oferecer às pessoas em situação de pobreza e exclusão social mais e melhores oportunidades de participação. A Estratégia de Lisboa e os objectivos que dela derivam contem já obrigações claras para os Estados-Membros nessa matéria. A maior parte das questões não resolvidas, abordadas no âmbito do 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, foram incluídas nesses objectivos. Neste sentido, pode afirmar-se que estes temas se encontram na agenda das instituições europeias e dos governos nacionais. Importa contudo garantir que as instâncias decisoras a todos os níveis, agem realmente em conformidade com os objectivos fixados.

No que diz respeito à questão de saber como a Estratégia de Lisboa pode ser implementada de maneira mais eficaz, Elise Willame sublinhou a necessidade de alargar a participação das pessoas em situação de pobreza e de exclusão. Para tal, é necessário alargar o diálogo a todos os níveis. Por último, os encontros transfronteiriços constituem, na sua opinião, um elemento decisivo para acções futuras.

Porém, a participação significa igualmente levar as pessoas a sério. Neste sentido, E. Willame retomou a preocupação dos participantes relativamente ao efeito potencialmente negativo da liberalização dos serviços e afirmou que o Comité de Protecção Social comprometer-se-á no futuro a reflectir profundamente sobre o impacto social das suas iniciativas. Assegurou ainda aos delegados que o Comité continuará a ser um espaço de intercâmbio e de apoio às suas preocupações.

Renzo Fior, Presidente da Emmaüs Internacional

Contrariamente aos repetidos apelos que emergiram durante o Encontro em prol de um maior apoio por parte do Estado às iniciativas locais e às ONG, Renzo Fior considera que para preservar a sua independência, as organizações deveriam procurar obter mais autonomia em vez de acordos de financiamento. O trabalho da Emmaüs confirma igualmente a experiência descrita pelos participantes do 6º Encontro. Uma das principais preocupações consiste em permitir às pessoas em situação de pobreza e de exclusão social reencontrar a sua dignidade. Para esse efeito, é de importância primordial que as pessoas implicadas não dependam permanentemente das transferências sociais porque isso privá-las-ia da capacidade de levarem uma vida autónoma (auto-determinada).

De acordo com o Renzo Fior, não é realista crer que os objectivos de Lisboa serão atingidos no horizonte 2010. Uma vez que, pelo contrário, os fenómenos da pobreza e da exclusão social têm vindo a aumentar, não vê muito bem como se poderia produzir um impacto decisivo nos próximos três anos e meio. Além disso, o princípio da economia de mercado subjacente à União Europeia é incompatível, na sua opinião, com o desejo de uma integração plena de todos os cidadãos. Por último, a política de liberalização e de privatização, nomeadamente no domínio do fornecimento de bens públicos (energia, água potável), traz consigo novas manifestações de exclusão social.

Portanto, os políticos devem ouvir as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social. Neste sentido, o 6º Encontro, assim como os que o precederam, representa um contributo essencial para a promoção do direito destas pessoas se fazerem ouvir, de terem voz.

5 Notas de Encerramento

Franz Thönnnes

Secretário de Estado Parlamentar do Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais

F. Thönnnes salientou que o 6º Encontro foi caracterizado por discussões e debates construtivos dos quais os participantes puderam retirar novas impressões e perspectivas. O evento provou que os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza fazem realmente a diferença. Para F. Thönnnes existem três aspectos que lhe parecem ser de particular interesse. Em primeiro lugar, foi possível, desde 2001, intensificar a participação das pessoas em situação de pobreza no debate político e nos processos de tomada de decisão, tanto a nível europeu como a nível nacional. Em segundo lugar, a apresentação e a análise de experiências reais permitiram concretizar e compreender melhor a situação da pobreza e da exclusão social. Por último, vários exemplos demonstraram que o envolvimento das pessoas desfavorecidas no processo político pode contribuir de maneira positiva para superarem as suas dificuldades e resolverem os seus problemas. Isto pode ser claramente observado nos numerosos fóruns locais, regionais e nacionais onde a participação das pessoas em situação de pobreza tem lugar.

O lema da Presidência Alemã do Conselho é "Unir forças para uma Europa Social – para um mundo social". Só será possível obter a confiança e a aceitação de uma Europa social por parte das pessoas se estas estiverem convencidas que esta Europa oferecerá perspectivas de futuro a todos os seus cidadãos. O Encontro mostrou que a experiência da pobreza não é uma fatalidade com a qual as pessoas se resignam. Todos aqui presentes mostraram ao longo destes dias um compromisso e uma criatividade notáveis, e deram voz às suas exigências, deixaram bem expressos os seus apelos. As instâncias de decisão política e os governos devem ouvir as pessoas em situação de pobreza de forma a colher informações que lhes serão úteis na sua actividade política e na formulação de medidas em prol das pessoas em situação de pobreza. Estas últimas necessitam da ajuda do Estado e da sociedade. Isto requer a combinação de apoios para se ajudarem a elas próprias e de mínimos de protecção social fiáveis. Estes mínimos sociais têm que antes de mais, responder às necessidades das pessoas que estão demasiado afastadas das exigências do mercado de trabalho devido a doença, deficiência, circunstâncias difíceis ou a um baixo nível de instrução. Estes mínimos incluem igualmente a necessidade de um salário justo pelo trabalho realizado, ter um tecto, beneficiar dos cuidados de saúde e ter acesso à educação desde o nível mais básico.

Ludo Horemans

Presidente da EAPN

Para Ludo Horemans, o Encontro mostrou que a União Europeia se encontra muito longe de alcançar o seu objectivo de combater a pobreza e a exclusão social. O ano 2010 aproxima-se a passos largos, e isto significa que é necessário prosseguir esta luta com mais vigor. Apelou ainda que não fosse esquecido que a pobreza e a exclusão social constituem uma injustiça intolerável numa das regiões mais ricas do mundo. Se este Encontro é um

acontecimento europeu, os delegados não devem perder de vista o facto da luta contra a pobreza e a exclusão social ter tomado uma dimensão mundial. A erradicação da pobreza engloba um vasto leque de abordagens. O elemento crucial consiste em não esquecer que as políticas devem visar a luta contra a pobreza e não a luta contra os pobres. Os temas centrais da luta contra a pobreza aqui abordados foram: regimes de rendimento mínimos decentes, salários justos, a participação a todos os níveis e, em especial, a participação das pessoas directamente afectadas pela pobreza.

Davor Dominkuš

Director Geral dos Assuntos Sociais no Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais da República da Eslovénia

D. Dominkuš expressou a sua convicção de que todos os participantes viveram este Encontro como um enriquecimento pessoal. Os testemunhos notáveis, às vezes extremamente pessoais, dados pelas pessoas que experienciam situações de pobreza, sublinharam a necessidade de prosseguir ainda com maior convicção a luta contra a pobreza e a exclusão social. Importa sobretudo garantir o acesso à educação, ao emprego, à habitação, aos cuidados de saúde bem como aos serviços sociais e culturais. A luta contra a pobreza é um dos principais temas políticos na Eslovénia, onde o Plano Nacional de Acção desempenha um papel decisivo. A abordagem política da luta contra a pobreza e a exclusão social inclui medidas concebidas para capacitarem as pessoas implicadas a encontrar as soluções para os seus problemas, bem como medidas preventivas que visam evitar o aparecimento da pobreza e da exclusão social. Os resultados desta abordagem traduzem-se numa tendência positiva da taxa de pobreza na Eslovénia. É contudo necessário instaurar um diálogo permanente a nível nacional, regional e local a fim de preservar e melhorar estes resultados. O 6º Encontro permitiu recordar a importância da inclusão das pessoas vítimas da pobreza e da exclusão. Neste sentido, a Presidência Eslovena do Conselho compromete-se a assumir plenamente o seu papel, a prosseguir e a intensificar o processo de discussão iniciado, bem como a emitir os convites para o 7º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza.

Anexo 1 : Conclusões da Presidência Alemã da União Europeia do 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, apresentadas ao Conselho Europeu do Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores, de 30 e 31 de Maio de 2007

Congratulamo-nos que o Conselho da Primavera tenha salientado a importância da dimensão social da Europa e tenha confirmado a sua vontade de reforçar a coesão económica e social na UE. Devemos igualmente saudar o facto do Conselho da Primavera se ter mostrado favorável em ter maior consideração pelos objectivos sociais comuns, no âmbito da Estratégia de Lisboa, sublinhando que a União Europeia só poderá ser bem sucedida se puder garantir, para além dos progressos económicos, uma protecção social adequada a todos os cidadãos. Para esse efeito, é necessário elaborar mínimos sociais comuns e orientar mais os instrumentos do Método Aberto de Coordenação para temas centrais.

Não há dúvida que o diálogo aberto com as pessoas afectadas pela pobreza e os representantes dos governos, por ocasião dos Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza, é essencial para dar forma ao Método Aberto de Coordenação a nível europeu. O 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza permitiu constatar que a participação das pessoas vítimas da pobreza nos Estados-Membros melhorou desde o lançamento destes Encontros, em 2001. Os Encontros permitiram intensificar o intercâmbio entre as pessoas em situação de pobreza vindas dos diferentes Países-Membros e iniciar um processo de aprendizagem. Isto contribuiu para o pôr em prática e reforçar as formas de participação e o trabalho em rede das pessoas afectadas pela exclusão, conduzindo pouco a pouco a progressos, em especial a nível local. Como resultado, foi reforçada a base para uma participação cívica e política mais intensiva das pessoas em situação de pobreza.

Convém igualmente reconhecer que existem grandes diferenças no que diz respeito à ligação das pessoas afectadas pela pobreza e ao seu envolvimento nos processos nacionais, devendo este aspecto ser melhorado por parte de certos Estados-Membros. A Presidência Alemã da UE salienta a necessidade de multiplicar esforços para envolver o conjunto dos actores e apela aos Estados-Membros a reflectirem mais sobre o seu trabalho, os resultados e as conclusões dos Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza. Propõe igualmente que entre os Encontros, os delegados se mantenham em contacto com os membros do Parlamento Europeu a nível nacional, a fim de assegurar um diálogo mais intenso e contínuo. Foi ainda sugerido que se colocasse mais em prática o princípio de mudança de perspectiva e, no âmbito de visitas oficiais, que a Presidência se debruçasse mais sobre projectos de integração social.

Paralelamente, as discussões do 6º Encontro em torno da planificação dos futuros Encontros e da melhoria dos seus objectivos orientadores, indicaram claramente que no futuro os debates se deveriam concentrar em prioridades concretas.

Relativamente às políticas em matéria de integração social, o enfoque deve ser colocado nos seguintes pontos:

- É necessário adoptar medidas de prevenção contra qualquer forma de exclusão e discriminação – quer seja económica ou social – e deve ser garantida uma vida digna a todos os cidadãos. O reforço da coesão social é o alicerce do modelo social europeu.
- O mercado de trabalho deve ser concebido para que as pessoas que se encontram mais afastadas deste tenham também a oportunidade de participar na vida económica. Devem ser utilizados todos os meios que permitam integrar activamente na sociedade as pessoas mais excluídas. É necessário garantir um rendimento mínimo suficiente para todos, sem negligenciar o princípio de que o trabalho deve ser financeiramente atractivo e compensador. Para além disso, as pessoas em situação de pobreza deveriam poder beneficiar de um sistema equilibrado de medidas de apoio, nomeadamente medidas activas de emprego, mas também do acesso a serviços de qualidade. Neste contexto, o acesso à educação e à formação para todos é uma prioridade.
- É necessário prosseguir o desenvolvimento do modelo social europeu através da adopção de normas mínimas comuns e de uma gradual implementação dos objectivos comuns no domínio do emprego, da protecção social e da integração social. Isto implica igualmente garantir meios de subsistência suficientes às pessoas que são incapazes de ter um trabalho remunerado, mas também garantir que cada cidadão tenha uma casa e possa aceder ao conjunto de serviços de saúde pública e de assistência. É igualmente necessário que os imigrantes sejam tratados de maneira digna nos diferentes países de acolhimento e que a sua integração social seja encorajada.
- É indispensável um compromisso firme para reduzir a pobreza infantil. O principal objectivo consiste em evitar desde cedo que as crianças sejam deixadas para trás no processo de integração social, impedindo assim que sejam privadas de qualquer oportunidade. Convém portanto, intensificar os esforços de integração dos pais, e em especial das famílias monoparentais, no mercado de trabalho e melhorar as estruturas que acolhem as crianças com menos de três anos a fim de garantir iguais oportunidades de acesso ao ensino e de evitar a transmissão da pobreza de uma geração para a outra.
- De forma a alcançar progressos decisivos na luta contra a pobreza e a exclusão social, é necessário associar ao processo todos os responsáveis e partes interessadas – *stakeholders* – a nível nacional e europeu. O contributo dos vários níveis de governo, da sociedade civil, dos investigadores e das próprias pessoas em situação de pobreza é um pré-requisito essencial à elaboração, à implementação e à monitorização das medidas, bem como à avaliação dos seus resultados, das suas vantagens e da sua viabilidade. A definição de objectivos nacionais pode vir a apoiar este processo.

Anexo 2: Lista de Participantes

Áustria			
KORTSCHIKOVA	Llubov	Omega	inode.667619@inode.at
SCHÜTTE	Michael	Augustin Street Paper Österreichische Plattform für Alleinerziehende	michiwien@hotmail.com
HIPTMAIR	Sylvia		
GACH	Peter	SHG	peter.gach@chello.at
GURTNER	Christine	Vereine Pe-le	c.gurtner@edw.or.at
Bélgica			
TILQUIN	Franck	Novas Solidarités	sn.secretariat@skynet.be
TONNEAU	Nicole	EAPN Bélgica	nicton@skynet.be
ROSIERS	Paul	EAPN Bélgica	-
STEPMAN	Patricia	EAPN Bélgica	-
RENAULT	Michaël	EAPN Bélgica	mickael.renault@no-log.org
Bulgária			
MINEV	Douhomir	EAPN Bulgária	perspekt@tradel.net
YOSIFOV	Boris	EAPN Bulgária	perspekt@tradel.net
NIKOLOV	Aleksandar	EAPN Bulgária	perspekt@tradel.net
MINKOV	Tzvetan	União dos Reformados	perspekt@tradel.net
República Checa			
ZUROVCOVA-SEVCIKOVA	Hana	Obcanske Struzeni Vzajemné souziti	hnizdo.souziti@seznam.cz
HOLUBOVA	Sona	Obcanske Struzeni Vzajemné souziti	hnizdo.souziti@seznam.cz
GOLOVA	Bohdana	Novy Prostor	dasha@novyprostor.cz
VIOLOVA	Barbora	Obcanske Struzeni Vzajemné souziti	hnizdo.souziti@seznam.cz
SMARHOVYCOVA	Jolana	Obcanske Struzeni Vzajemné souziti	hnizdo.souziti@seznam.cz
Chipre			
KAZANZIS	Ninetta	EAPN Chipre	ninetak@cytanet.com.cy
APOSTOLIDOU	Frosso	Pancyprian Single Parent Association	ninetak@cytanet.com.cy
TSIAKLIS	Kyros	Associação Cipriota Unida de Reformados	ninetak@cytanet.com.cy
KOUFOU	Andri	EAPN Chipre	ninetak@cytanet.com.cy
Dinamarca			
VEJBO	Dorthe	Ecole Kofoeds	Dorthev@kofoedschkole.dk
ANNALISE	Bay France	Sand	frufance@msm.com
METTE	Jensen	Ecole Kofoeds	sommerflugem@hotmail.com
HOLMGREN	René	Sand	holren@ofir.dk
Estónia			
TEDER	Pille	Tallinn Child Support Centre	pille.teder@lastetugi.ee
Finlândia			
HONKONEN	Antti	Associação Finlandesa de Estilos de Vida Saudáveis	antti.honkonen@elamantapaliitto.fi
HUOTARI	Kai	EAPN Finlândia	kai.hotari@gmail.com
SINNENMAA	Kati	Associação Finlandesa de Estilos de Vida Saudáveis	sinnenmaa@gmail.com
KOSONEN	Maria	Espoon Olarin Seurakunta	maria.kosonen@olarinseurakunta.fi
MULARI	Aila	Midas Touch Contact Center	aila.mulari@pp.inet.fi
França			
COLINET	Geneviève	EAPN França	memaine8@orange.fr
CATTELOTTE	Sophie	Tous pour un	-
PECCAVET	Jeremy	Armée du Salut	streetpec@yahoo.fr
PARIS	Jean-Claude	Alerte - la parole du citoyen	parissjc@yahoo.fr

POILVERT	Virginie	La parole du citoyen	virginie.poilvert@laposte.net
Alemanha			
BIEHN	Erika	EAPN Alemanha	bagshi.erika@web.de
KADIOFSKY	Peter	Hilfe Im Norlend	kadiofsky@web.de
SCHMIEDL	Robert	Region Erwerbslosenausschus Göttingen	RBSmiedl@yahoo.com
JECKEL	Wolfgang	Bundes Betroffenen initiative	lag.jeckel@web.de
SCHMIDT	Dorothee	Organisation des parents isolés VAMV	dorothysophiesmith@hotmail.com
SCHRÖTER	Jens	Bag-Shi	institut-angewandte.armut@web.de
Grécia			
PAPAGIANOGLOU	Liza	EAPN Grécia	ttsitsipa@yahoo.gr
SIDIROPOULOS	Odysseas	Association "ARGO"	
SARANTOPOULOU	Kyriakoula Elena	Centre de jour "Ariadni" Pah-nhellenic Association of Members of	
PECHLIVANIDOU	Margarita	One parents families	
Hungria			
BEKE	Marton	EAPN Hungria	hapn@hapn.hu - beke.marton@hapn.hu
GYIMESINE FRENYO	Borbála	EAPN Hungria	bfranyo@freemail.hu
SCHWOLCZ	István	EAPN Hungria	sistvan@freemail.hu
BIRI	Imre	EAPN Hungria	biri.imi@citromail.hu
RUGYAINÉ MAJOR	Eva	EAPN Hungria	majorevi@citromail.hu
Irlanda			
LYNCH	Kay	Northside Community Law Centre & EAPN Ireland	emilek@eircom.net
MBUGUA HENRY	Salome	Migrant Women's Network	
DHALA	Egide	Centre integration education of migrants	
BHATNAGAR	Rajat Maria	Rendez-vous Restaurant	rajatbhatnagar@hotmail.com
GERMAN	Lourdes	Migrants Rights Centre Ireland	malourdes_german@yahoo.com
Itália			
MANZARI	Laura	Associazione Europa	asceuropa@libero.it
ARSENE	Ciprian		cipano_ro@libero.it
BIBLYV	Oksana	Casa Editrice Ottopagine	oksana.bybliv@virgilio.it
MATERA	Rosa	Associazione Europa	rosamatera2005@libero.it
IMBIMBO	Fiorella	Ass. Amici di Piazza Grande	
BATTAGLIA	Giuseppe	Il Pioppo	beppebattaglia46@libero.it
Letónia			
ALERE	Elina	SKALBES Eapn Lettonie	elina.alere@inbox.lv
DANCE	Gunta	DZILE Centre for psychological aid & education	guntadan@inbox.lv
KRAGE	Edite	Support centre for NGO's of Northern Kurzeme	edite.krage@talsi.lv
Lituânia			
ZALTAUSKAS	Martinas	EAPN Lituânia	martinas@nisc.lt
ZURAVLIOVA	Olga	Information & Support Centre	OLIA@NISC.LT
URBONIENE	Elena	EAPN Lituânia	elena-urg@yahoo.com
JAZUKEVICIUTE	Jurate	EAPN Lituânia	juratejazz@yahoo.com
Luxemburgo			
GALLO	Marianne	EAPN Luxemburgo	marianne.gallo@eapn.lu
MEYERS	Mary-Anne		stellamania999@yahoo.de
OLK	Tom	Interactions Faubourg	lenertz@schlaifmillen.lu
REDIN	Toto	Interactions Faubourg	lenertz@schlaifmillen.lu
Malta			
GAUCI	Dolores	Foundation Richmond	richmond@vol.net.mt

SAID	Dianne	Foundation Richmond	richmond@vol.net.mt
MICALLEF	Bridget	Foundation Richmond	richmond@vol.net.mt
VELLA	Helen	Foundation Richmond	richmond@vol.net.mt
Holanda			
SMEEKES	Alida	EAPN Holanda	salida@zonnet.nl
TE BRAKE	Henk	Raad Sociale Zaken	henktebrake@home.nl
VAN OSTAYEN	Rien	Raad Sociale Zaken	rien31@hetnet.nl
VAN VLIET	Marjo	Raad Vlaardingen	marjo_van_vliet@hotmail.com
VAN SAMBEECK	Maria	EAPN Holanda	mariavansambeeck@hetnet.nl
Noruega			
KARLSEN	Eva	Aliança Social	eva@velferdsalliansen.no
FRAGAAT	Liv Airin	Total rehab	livairin@hotmail.com
JOHNSEN	Anne Beate	Aliança Social	annebeate@yahoo.no
SOLVANG	Rolf	SON Offenders organisation	Rolf.Solvang@met.no
ODLAND	Terje	Aliança Social	terje@verferdsalliansen.no
Polónia			
WALCZYK	Dagmara	Barka Foundation for Mutual help	dagamarawalczyk@wp.pl
SZCZERBA	Stanislaw		dagamarawalczyk@wp.pl
POTOCKO	Dariusz	SIW Barka Association	darek.dani@poczta.onet.pl
SZAFRANSKA	Irena	Cooperativa Social RIKSZA	dagamarawalczyk@wp.pl
RATAJCZAK	Janusz	Centro de Acolhimento para Sem Abrigo	dagamarawalczyk@wp.pl
SMURA	Kornelia	Centro de Integração Social	kornelia-piotrowska@wp.pl
PIOTROWSKA			
Portugal			
PACHECO	Vanda	Centro de Estudos Sociais	vanda@ces.uc.pt
MARTINS PEREIRA		Fundação para o Desenvolvimento da Zona	
NUNES	Paulo	Histórica do Porto	nunes.jpaulo@gmail.com
		Associação Desenvolvimento Bem-estar	
COELHO	Helena	Social Cruz da Picada	cjcp@clix.pt
FERNANDO	Silva	ACAPO - Braga	fernandosivavieira@sapo.pt
AMORIM	Ana	ACAPO - Braga	social@acapo-brage.org.pt
Eslováquia			
MACAKOVA	Slavka	Centro para o Desenvolvimento Sustentável	macakova@ke.etp.sk
Eslovénia			
NOUHOUM	Ibrahim	Humanitas	inouhoum@yahoo.fr
BAJEC	Anton	Instituto para a Parentalidade e a Família	anton.bajec@siol.net
ATT	Ivan		
Espanha			
OSETE	Cristina	Emmaüs	emausmur2004@yahoo.es
TORRES BETANCOURT	Jamilis		-
MORON CUESTA	Soraya		-
ASENSIO GARCIA	Jorge		-
AGUSTIN GIL	Ruiz		-
GUILLEN RODRIGUEZ	Rogelio		-
Suécia			
JORGENSEN	Johannes	EAPN Suécia	joh.j@telia.com
ANDERSSON	Kent	EAPN Suécia	-
ANDERSSON	Thomas	EAPN Suécia	-
LUOMA-PANTI	Nehry Erik	EAPN Suécia	-
LINDQUIST	Peter	EAPN Suécia	allhemsgatan@hotmail.com
Reino Unido			
RAMADAN	Nazek	Migrant & Refugee Empowerment	naek@migrants.org.uk
AL- ABEEDI	Amal	MRC Anti poverty group	amma123477@hotmail.com

ISMAIL	Abdi	MRC Anti poverty group	eastafricansociety@yahoo.co.uk
MANAHIL	Ahmed	MRC Anti poverty group	manahil@btinternet.com
BAILEY	Patricia	ATD Fourth World	-
NEVILLE	Seamus	ATD Fourth World	daviesm@atd-UK.org

Moderadores

SMEEKES	Anouschka	EAPN Holanda	anuschka_smeekes@yahoo.co.uk
MOSER	Michaela	EAPN Áustria	michaela.moser@akis.at
WESTERHEIM	Dag	Verlferdsalliansen, Noruega	dag@vlferdsalliansen.no
GORIS	Josée	PPS Intégration sociale, Bélgica	Josee.Goris@mi-is.be
PAIVA	Júlio	EAPN Portugal	julio.pavia@reapn.org
DIERCKX	Danielle	Université d'Anvers, Bélgica	danielle.dierckx@ua.ac.be
VEREECKEN	Léopold	Fórum Belga de Luta contra a Pobreza	l.vereecken@skynet.be
CALVANELLI	Laura	Caritas, Itália	lcalvanelli@yahoo.it
ORAVEC	Laco	Fondation Milan Simecka, Eslováquia	laco@nadaciams.sk
CESARINI SFORZA	Letizia	CILAP EAPN Itália	lcsforza@fastwebnet.it
HERMANS	Marja	Welzijnszorg vzw, Bélgica	marja.hermans@welzijnszorg.be
MARGUERY	Olivier	Armée du Salut, França	oliviermarguery@free.fr
MURPHY	Dearbhal	FEANTSА	office@feantsa.org
GERONDAL	Micheline	EAPN	micheline.gerondal@eapn.skynet.be

Presidência Alemã da UE

MÜNTEFERING	Franz	Ministro Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	
THÖNNES	Franz	Secretário de Estado Parlamentar, Deputado	franz.thoennes@bmas.bund.de
LETZNER	Peggy	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	peggy.letzner@bmas.bund.de
HÖGL	Eva	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	eva.hoegl@bmas.bund.de
HUXHOLD	Erika	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	Erika.Huxhold@bmas.bund.de
BUCK	Ute	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	ute.buck@bmas.bund.de
KUCK-SCHNEEMELCHER	Daniela	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	daniela.kuck-schneemelcher@bmas.bund.de
SELL	Daniela	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	daniela.sell@bmas.bund.de
IRLENKAEUSER	Rainer	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	rainer.irlenkaeuser@bmas.bund.de
KOPPERNOCK	Martin	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	martin.koppernock@bmas.bund.de
MEICHSNER	Ermano	Representação permanente	hdietrich.meichsner@diplo.de
CHRISTEN	Dietrich	Representação permanente	torsten.christen@diplo.de
KLITSCHER	Torsten	Representação permanente	stephan.klitscher@diplo.de
SURMANN	Stephan	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	anja.surmann@bmas.bund.de
JOBELIUS	Anja	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	sebastian.jobelius@bmas.bund.de
DEISCHL	Sebastian	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	romeo.deischl@bmas.bund.de
WILDING	Romeo	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	lilly.wilding@bmas.bund.de

Comissão Europeia

ŠPIDLA	Vladimir	Comissário Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades	
VIGNON	Jérôme	DG Emprego e Assuntos Sociais	
LELIE	Peter	DG Emprego e Assuntos Sociais	peter.lelie@ec.europa.eu
SAINT-DENIS	Antoine	DG Emprego e Assuntos Sociais	antoine.saint-denis@ec.europa.eu
PARASKEVAS	Marie-Anne	DG Emprego e Assuntos Sociais	marie-anne.paraskevas@ec.europa.eu

CALANDRINO	Michele	DG Emprego e Assuntos Sociais	michele.calandrino@ec.europa.eu
HÖFS	Silke	Estagiária da Comissão Europeia	silke.hoefs@gmx.de
SAHA	David	Estagiária da Comissão Europeia	David-Christopher.Saha@ec.europa.eu

Convidados

WILLAME	Elise	Presidente Comité Protecção Social	elise.willame@minsoc.fed.be
SIVONEN	Lauri	Conselho da Europa, Direitos Humanos	lauri.sivonen@coe.int
FIOR	Renzo	Emmaüs International	-
ANDERSON	Jan	Presidente, Comissão do Emprego e Assuntos Sociais – Parlamento Europeu	-
NIKITENKO	Nathalie	Representação permanente França	nathalie.nikitenko@diplomatie.gouv.fr
SEARA SOTO	Delmira	Representação permanente Espanha	delmira.seara@reper.mae.es
RABAU	Muriel	Representação permanente Bélgica	muriel.rabau@diplobel.fed.be
DRAGANOV	Dragomir	Ministério do Trabalho e da Política Social, Bulgária	draganov@mlsp.government.bg
SEPPELIN	Markus	Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde, Finlândia	markus.seppelin@stm.fi
GREGORCOVA	Silvia	Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e da Família, República da Eslováquia	gregorcova@employment.gov.sk
CENCELJ	Ivan	Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e da Família, República da Eslováquia	ivcen@volja.net
WEINANDY	Brigitte	Ministério da Família e da Integração Social, Luxemburgo	brigitte.weinandy@fm.etat.lu
OLBRICH	Eduard	Ministério Federal dos Assuntos Sociais e da Protecção dos Consumidores, Áustria	eduard.olbrich@bmsk.gv.at
FITZGERALD	Niamh	Departamento dos Assuntos Sociais e Familiares, Irlanda	niamh.fitzgerald@welfare.ie
MICALLEF	Therese	Ministério da Família e da Solidariedade Social, Malta	therese.a.micallef@gov.mt
ERDELYI	Akos	Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, Hungria	erdelyi.akos@szmm.gov.hu
BURSTON	Chris	Dpt. For Work & pensions, RU	chris.burston@dpw.gsi.gov.uk
VANDEBUSSCHE	Johan	Ministério Federal da Integração Social, Bélgica	johan.vandenbussche@p-o.be
UNDERWOOD	Simon	Câmara Municipal de Newcastle, RU	simon.underwood@newcastle.gov.uk
DECHAUX	Marie	Ministério do Emprego da Habitação e da Coesão Social, França	marie-helene.dechaux@sante.gouv.fr
HEIDTMANN	Hélène	Conferência Episcopal Europeia	dht@cec-kek.be
LAPIERRE	Dieter	Ministério dos Assuntos Sociais, França	angelique.lapierre@sante.gouv.fr
GOLDHOORN	Angélique	Ministério dos Assuntos Sociais, França	angelique.lapierre@sante.gouv.fr
TIRRONEN	Tidde	Representação permanente da Holanda	tidde.goldhoorn@minbuza.nl
ZAJAROSOVA	Pia	Agência Europeia para os Direitos Fundamentais	pia.tirronen@fra.europa.eu
SZARAZ	Zuzana	Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa	zuzana.zajarsova@coe.int
SCHWARZ	Krisztina	Parlamento Europeu, Hungria	edit.bauer-assistant@europarl.europa.eu
KING	Thomas	Agência Europeia para os Direitos Fundamentais	thomas.schwarz@fra.europa.eu
VAN GEERTSOM	Brenda	Président Section Emploi, Affaires sociales & Citoyenneté du CESE	brenda@acdiversity.org
LOURDELLE	Julien	Presidente, PPS Intégration sociale, Bélgica	Julien.Vangeertsom@mi-is.be
TEUSCHER	Henri	ETUC – Confederação Europeia dos Sindicados	HLOURDEL@ETUC.ORG
ANDRADE	Tobias	Comissão dos direitos da mulher e da igualdade de oportunidades	tobias.teuscher@ulb.ac.be
BARNETT	Simone	Dignity International	ayeaye@dignityinternational.org
HÄRTWIG	Stephen	European Social Network	stephen.barnett@socialeurope.com
DI PUPPO	Anja	Eurochild	info@eurochild.org
DEVOS	Roshan	Plataforma Social, Directora	roshan.dipuppo@socialplatform.org
GUENTNER	Jacques	Emmaüs International	j.devos@swing.be
	Simon	Eurocities	s.guentner@eurocities.be

WELFORD	Sarah	Comité Organizador, ATD Quart Monde	swelf2005@yahoo.fr
Ministério da Eslovénia			
DOMINKUS	Davor	Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia	davor.dominkus@gov.si
OSLAJ	Danica	Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia	danica.oslaj@gov.si
Presidentes			
HUSTER JEPSEN	Ernst-Ulrich Maria	Universidade Protestante de Ciências Aplicadas - Bochum Igreja Evangélica-Luterana do Norte de Elba	Ernst-Ulrich.Huster@t-online.de bischoefin.jepsen@nordelbien.de
Relatório final			
BOECKH	Jürgen	Institut für Sozialarbeit und Sozialpädagogik	juergen.boeckh@iss-ffm.de
Académicos			
ZINIEL	Gerlinde	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho	gzi@eurofound.eu.int
JOHANSSON	Hakan	Universitét Växjö, Suécia	Hakan.johansson@vxu.se
FRAZER MARLIER	Hugh Eric	Universidade Nacional da Irlanda, Maynooth CEPS/INSTEAD Research Institute (Lux)	hughfrazer@eircom.net eric.marlier@ceps.lu
Coordenação			
GERONDAL	Micheline	Coordenadora do 6º Encontro Europeu	micheline.gerondal@eapn.skynet.be
EAPN			
HOREMANS	Ludo	Comité Organizador, Presidente da EAPN	ludo.horemans@antwerpen.be
FARRELL GUEUDET	Fintan Audrey	Comité Organizador, Director da EAPN EAPN, Information Officer	fintan.farrell@eapn.skynet.be audrey.queudet@eapn.skynet.be
Design			
VINCKE	Bob	Designer	bob.vincke@telenet.be
DE BOLLE	Emiel	Designer	emiel.de.bolle@telenet.be
Fotografia			
DAKOUA	Raymond	Fotógrafo	raymond.dakoua@gmail.com
TV Sueca			
PILTZ	Mattias	TV Sueca	rantala@lsn.se
RANTALA	Janne	TV Sueca	rantala@lsn.se
Voluntários			
VERECKEN	Nicolas	Voluntário	
JONES	Sian	EAPN, Policy Officer	sian.jones@eapn.skynet.be
FAZI	Elodie	EAPN, Policy Officer	elodi.fazi@eapn.skynet.be
CHAMPEIX	Claire	EAPN, Policy Officer	claire.champeix@eapn.skynet.be
NOLMANS	Cynthia	EAPN Office Manager	cynthia.nolmans@eapn.skynet.be
FLEMAL	Coralie	EAPN Secretariado	coralie.flemal@eapn.skynet.be
LEMMENS	Philippe	EAPN Financial Officer	philippe.lemmens@eapn.skynet.be

Agradecimentos

Financiado pela Comissão Europeia e o Governo Belga
Organizado com o apoio da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN)

Relator: Dr. Jürgen Boeckh

Coordenadora: Micheline GERONDAL

Fotografia: Raymond DAKUA

Ilustrações: Bob VINCKE & Emiel DE BOLLE

O relatório poderá ser acedido em várias línguas em www.eapn.org

